CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

RENATA ELISA RAMOS

COMUNIDADES CARENTES: SUAS RELAÇÕES E INTERAÇÕES COM AS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Belo Horizonte
Outubro 2025

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

RENATA ELISA RAMOS

COMUNIDADES CARENTES: SUAS RELAÇÕES E INTERAÇÕES COM AS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica.

ORIENTADOR: Dr. Ivo de Jesus Ramos

Belo Horizonte
Outubro 2025

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - PPGET
Portaria MEC nº. 1.077, de 31/08/2012, republicada no DOU em 13/09/2012

RENATA ELISA RAMOS

COMUNIDADES CARENTES: SUAS RELAÇÕES E INTERAÇÕES COM AS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFETMG, em 09 de outubro de 2025, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Tecnológica, aprovada pela Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação constituída pelos professores:

gov.br Documento assinado digitalmente
IVO DE JESUS RAMOS
Data: 12/11/2025 12:08:48-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Ivo de Jesus Ramos – Orientador
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

gov.br Documento assinado digitalmente
MARIA ADELIA DA COSTA
Data: 29/10/2025 15:18:05-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Dr.ª Maria Adélia da Costa
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

gov.br Documento assinado digitalmente
FABIANA DA CONCEICAO PEREIRA TIAGO
Data: 05/11/2025 14:35:39-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Dr.ª Fabiana da Conceição Pereira Tiago
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Ramos, Renata Elisa
R175c Comunidades carentes: suas relações e interações com as tecnologias digitais da informação e comunicação / Renata Elisa Ramos – 2025.
94 f.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica.
Orientador: Ivo de Jesus Ramos.
Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

1. Populações vulneráveis – Teses. 2. Tecnologia da informação – Teses. 3. Comunicações digitais – Teses. 4. Inclusão digital – Teses. I. Ramos, Ivo de Jesus. II. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. III. Título.

CDD 371.334

Elaboração da ficha catalográfica pela bibliotecária Jane Marangon Duarte, CRB 6ª 1592 / Cefet/MG

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela graça de me conduzir até o fim deste ciclo. Ao estimado orientador, Ivo Ramos, por ter despertado em mim o que há de mais genuíno e potente e, sobretudo, pela oportunidade transformadora que ampliou meu olhar e ressignificou minha trajetória. Sua condução sensível e refinada abriu caminhos e me encorajou a prosseguir, mesmo diante das incertezas próprias de um processo tão singular.

À Associação Comunitária do Bairro Jaqueline, minha sincera gratidão pelo acolhimento e parceria. Em especial à presidente Marlene Sueli Ferreira Santana, cuja dedicação e compromisso com a comunidade foram essenciais para a realização deste trabalho.

À minha família, pelo amor incondicional, pelo acolhimento nas horas mais difíceis e por serem a base sólida que sustentou minha trajetória com coragem e esperança. Aos meus irmãos, minha eterna gratidão pela presença constante e pelo apoio fraterno ao longo do caminho.

Em especial ao meu pai, cuja força, incentivo e fé em mim jamais permitiram que eu desistisse, mesmo diante das maiores adversidades.

Ao meu companheiro de vida, pela presença constante, pelo apoio afetuoso e por compartilhar comigo cada passo desta jornada tornando os desafios mais leves e possíveis.

Às minhas estimadas amigas Marli Lopes Machado, Aldenira Pereira Fernandes Rodrigues e Katia Aparecida da Costa Silva, pela presença constante, pelas palavras encorajadoras e pela sensibilidade em ouvir. A amizade de vocês suavizou a jornada e encheu meus dias de ternura e cuidado. Aos meus companheiros e companheiras de jornada acadêmica, em especial à Silvia Fernanda, Eduardo Veloso, Patrick, Silvia Cota Machado e Carolina dos Santos Souza pela parceria generosa ao longo de um percurso que, embora por vezes marcado pela solitude, se revelou mais leve, profundo e transformador graças à escuta sensível, à troca genuína e à presença constante de cada um.

A todos os docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do CEFET-MG, minha sincera gratidão pelo aprendizado constante e pelas contribuições intelectuais que enriqueceram profundamente minha formação.

Em especial, registro meu reconhecimento à professora Márcia Gorett Ribeiro Grossi, cuja presença tem sido marcante desde os primeiros passos da minha trajetória docente. Estendo ainda minha gratidão à professora Raquel Quirino, por sua escuta atenta, sensibilidade acadêmica e incentivo constante, que tanto contribuíram para o amadurecimento deste trabalho. Hoje, com alegria, você também se faz presente em uma das conquistas mais felizes do meu caminho.

A todas as pessoas que de alguma forma, entre gestos, palavras ou silêncios, contribuíram para a construção de quem sou expresso minha mais sincera e profunda gratidão.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) em uma comunidade carente de Belo Horizonte, com ênfase nas mudanças ocorridas durante e após a Pandemia de COVID-19. O foco está nas práticas e comportamentos dos moradores dessa comunidade em relação às TDIC, abrangendo aspectos da vida privada, escolar, laboral e de lazer. A pesquisa busca identificar como a pandemia influenciou o uso dessas tecnologias e se tais práticas foram mantidas ou transformadas no período pós-pandêmico. O estudo pretende compreender o impacto da pandemia no uso das TDIC pela comunidade, analisando os padrões de uso, desafios e as mudanças observadas no comportamento digital dos moradores durante e após a crise sanitária. A abordagem metodológica é qualitativa, composta por questionário semiestruturado. A base teórica se apoia em Castells (2003, 2010), que discute a inclusão digital e como as TDIC afetam comunidades carentes, podendo tanto mitigar quanto ampliar desigualdades sociais. Parte-se do pressuposto de que as práticas digitais ajustadas durante a pandemia persistem, enquanto desafios relacionados ao acesso e à capacitação tecnológica permanecem presentes.

Palavras-Chave: Comunidade Carente; Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação; Inclusão Digital.

ABSTRACT

This research aimed to investigate the use of Digital Information and Communication Technologies (DICT) in a needy community in Belo Horizonte, with an emphasis on the changes that occurred during and after the COVID-19 pandemic. The focus is on the practices and behaviors of residents of this community regarding DICT, covering aspects of their private, school, work, and leisure lives. The research seeks to identify how the pandemic influenced the use of these technologies and whether such practices were maintained or transformed in the post-pandemic period. The study aims to understand the impact of the pandemic on the use of DICT by the community, analyzing usage patterns, challenges, and changes observed in residents' digital behavior during and after the health crisis. The methodological approach is qualitative, consisting of a semi-structured questionnaire. The theoretical basis is based on Castells (2003, 2010), who discusses digital inclusion and how DICT affect needy communities, potentially both mitigating and exacerbating social inequalities. It is assumed that digital practices adjusted during the pandemic persist, while challenges related to access and technological training remain present.

Keywords: Needy Community; Digital Information and Communication Technologies; Digital Inclusion.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Média de pessoas por domicílio de 1980 a 2022. 22
Quadro 2 - Terminologias empregadas pelo IBGE na elaboração e disseminação de dados estatísticos e geográficos sobre assentamentos precários e áreas urbanas populares.....22
Quadro 3 - Indicador 11.1.1 para acompanhamento do ODS 11 24
Quadro 4 - Indicador 11.1.1 construído pelo IBGE para os ODS Brasil 26
Quadro 5 - Variáveis relevantes para caracterização dos assentamentos precários 27
Quadro 6 - Principais categorias de assentamentos precários conforme o Ministério das Cidades 28
Quadro 7 - Conceitos de Comunidades Carentes.....29
Quadro 8 - O conceito de aglomerados subnormais no Censo 2010 e no Censo 2022 32
Quadro 9 - Descrição conceitual dos termos Aglomerados, Comunidades, Favelas, Periferias e Vilas Urbanas. 41
Quadro 10 - Faixa etária (anos) 60

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ponto de acesso à internet na Comunidade Vila Nova 51
Figura 2 - Distribuição de pessoas com 25 anos ou mais de idade, segundo o nível de instrução 62
Figura 3 - Pessoas de 25 anos ou mais que concluíram o ensino básico obrigatório, segundo o sexo, a cor ou raça e grandes regiões (%) 63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Nível de escolaridade 61
Gráfico 2 - Situação Profissional 64
Gráfico 3 - Uso das TDIC conforme a finalidade 67
Gráfico 4 - Dificuldades no uso das TDIC 69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANF	-	Agência de Notícias das Favelas
APP	-	Áreas de Preservação Permanente
BIOS	-	Base de Informações sobre os Setores Censitários
CAPES	-	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET-MG	-	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEP	-	Comitê de Ética em Pesquisas
CPT/MG	-	Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais
CRAS	-	Centros de Referência de Assistência Social
CRC	-	Centro de Recondicionamento de Computadores
CTPS	-	Carteira de Trabalho e Previdência Social
CUFA	-	Central Única das Favelas
FGTS	-	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIP	-	Ficha de Informações da Prefeitura
FIT	-	Ficha de Informações Territoriais
FTFBH	-	Federação dos Trabalhadores de Favelas de Belo Horizonte
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ipea	-	Pesquisa Econômica Aplicada
MLB	-	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
NUI	-	Núcleo Urbano Informal
ODM	-	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	-	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	-	Organização das Nações Unidas
OSC	-	Organizações da Sociedade Civil
PAC	-	Programa de Aceleração do Crescimento
PMBH	-	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
Prodabel	-	Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte
PPGET	-	Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica
TCLE	-	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TDIC	-	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
UDC	-	Uniões de Defesa Coletiva

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO 13
1.1 Tema da Pesquisa 16
1.2 Problema de Pesquisa 17
1.3 Objetivo Geral 17
1.4 Objetivos Específicos 17
1.4 Justificativa 17
1.5 Estrutura da Dissertação 18
2- REFERENCIAL TEÓRICO 20
2.1 Evolução dos conceitos das Comunidade Carentes 20
2.1.1 De Aglomerados Subnormais a Favelas e Comunidades 22
2.2 Comunidades Carentes e Informações Oficiais 23
2.2.1 Periferias Urbanas 35
2.3 Breve história das favelas em Belo Horizonte 41
2.4 Desafios e Resistência da Comunidade Vila Nova 44
2.5 Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação em Comunidades Carentes 44
2.6 Inclusão Digital 45
2.7 As TDIC e as Comunidades Carentes 47
2.8 As modalidades de trabalho no Brasil 48
2.8.1 O crescimento do trabalho informal 49
2.9 Inclusão Digital nas Comunidades Carentes de Belo Horizonte 50
3 - METODOLOGIA 55
3.1 Procedimentos Metodológicos 55
3.1.1 Coleta de Dados 55
3.2 Participantes da Pesquisa 56
3.3 Aspectos Éticos da Pesquisa 57

3.4 Critérios de inclusão e exclusão 57
3.5 Riscos e benefícios envolvidos na execução da pesquisa 58
3.6 Análise dos dados 58
4 - ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO 60
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS 72
REFERÊNCIAS 75
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO 81
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) 87
ANEXO A - TERMO DE ANUÊNCIA 92
ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP 93

1 - INTRODUÇÃO

Educar-se é impregnar de sentido cada ato cotidiano.
[Paulo Freire].

Neste trabalho são abordados os conceitos de comunidades carentes e Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), assim como a intersecção entre esses temas. As comunidades carentes, marcadas por desigualdades socioeconômicas e acesso limitado a recursos básicos enfrentam desafios significativos para a melhoria de suas condições de vida. As TDIC surgem como ferramentas potencialmente transformadoras, possibilitando maior acesso à informação, à educação e às oportunidades profissionais, além de novas possibilidades de comunicação e interação social. Além disso, as TDIC podem ser usadas tanto para fomentar novas formas de inclusão digital, quanto para reforçar desigualdades, dependendo das condições de acesso e da capacitação dos usuários.

Este estudo centra-se na análise do uso e da relação dos moradores de uma comunidade carente de Belo Horizonte com as TDIC, tais como aplicativos de mensagens instantâneas (*WhatsApp)*, acesso à internet e uso de *e-mails*. O objetivo é compreender como essas ferramentas digitais, amplamente utilizadas no cotidiano, impactam as interações sociais, o acesso à informação e as oportunidades educacionais e econômicas dos moradores da Comunidade Vila Nova localizada no bairro Jaqueline na região Norte de Belo Horizonte. Esse estudo investiga se essas tecnologias têm contribuído para uma maior inclusão digital ou se, ao contrário, ainda refletem desafios relacionados ao acesso e à capacitação.

A crescente incorporação das TDIC na sociedade contemporânea suscita questões relevantes sobre seus impactos em diversos contextos socioeconômicos. Especialmente, as comunidades carentes que enfrentam desafios ligados à desigualdade social e à falta de recursos, configurando um cenário complexo para o acesso e a utilização dessas tecnologias.

Nesse cenário, a relação entre comunidades carentes e as TDIC requer uma análise de como essas tecnologias têm sido usadas para superar as barreiras existentes e

fomentar a inclusão digital e social. É essencial compreender não apenas o impacto potencial das TDIC nessas comunidades, mas também os desafios que emergem durante sua integração, com o objetivo de promover transformações nos âmbitos social, educacional e cultural.

Os moradores de comunidades carentes enfrentam uma série de privações socioeconômicas e culturais, como desemprego ou subemprego, falta de infraestrutura adequada, e limitações no acesso a serviços básicos e culturais. Segundo Kowarick (2009), essas condições resultam em uma baixa qualidade de vida, agravando a desigualdade social e outros desafios. As comunidades carentes são frequentemente identificadas por indicadores como baixa renda per capita, elevado índice de vulnerabilidade social e ausência de políticas públicas eficazes para atender às necessidades de seus moradores.

De acordo com Lima (2013), os moradores das comunidades carentes encontram dificuldades de acesso às informações de órgãos públicos. As causas da falta de acesso à essas informações por parte dos moradores são multifacetadas, incluindo desigualdade social, falta de investimento em infraestrutura tecnológica de comunicação por parte do poder público, discriminação, precariedade dos serviços básicos e oportunidades de emprego limitadas. Fatores como o histórico de marginalização e exclusão social também contribuem para a perpetuação da exclusão nessas áreas.

Nesse contexto, define-se como comunidade carente aquela formada por grupos de pessoas em determinadas áreas geográficas que enfrentam diversas privações socioeconômicas e culturais. Essas comunidades frequentemente carecem de necessidades básicas, como moradia, emprego e serviços públicos de qualidade, incluindo educação, saúde e segurança. Caracterizam-se por condições de vida precárias, baixa renda familiar, infraestrutura deficiente e falta de acesso a oportunidades culturais. De acordo com Souza (2006), essas populações periféricas sofrem com a exclusão urbana e a falta de políticas públicas eficazes, perpetuando um ciclo de desigualdades sociais e econômicas.

Consoante a isso, essas privações socioeconômicas e culturais refletem a carência de recursos materiais nas comunidades carentes e evidenciam as barreiras que

dificultam a inclusão e a melhoria das condições de vida. Ademais, a limitação do acesso a recursos e às oportunidades perpetua as dificuldades e reduz as chances de desenvolvimento para os moradores dessas localidades. Segundo Sen (2000), a pobreza não se restringe apenas à falta de renda, mas também à privação de capacidades básicas que limitam as oportunidades de inclusão social e econômica. Esse processo impede o pleno desenvolvimento dos indivíduos e comunidades, mantendo-os em um ciclo de exclusão e marginalização.

De acordo com Castells (2003) as TDIC têm potencial para impulsionar o desenvolvimento econômico e a inclusão social, ao criar oportunidades de trabalho e empreendedorismo no setor digital. A expansão do comércio eletrônico, por exemplo, permite que pequenos negócios alcancem clientes em todo o mundo, enquanto plataformas de *freelancers* oferecem oportunidades de trabalho remoto para profissionais em áreas como programação, *design*, tradução e *marketing* digital.

Ainda, segundo Castells (2010), as TDIC desempenham um papel na promoção da inclusão social e cultural, ao permitir o acesso à informação pode favorecer a comunicação e o compartilhamento de ideias, promover a diversidade cultural e criar oportunidades de desenvolvimento econômico e individual. O autor entende que é essencial que essas tecnologias sejam utilizadas de forma consciente e responsável, e garanta que o cidadão se beneficie das mesmas como ferramenta na construção social, cultural e do conhecimento.

Conforme Silveira (2001), a introdução de novas tecnologias em comunidades carentes requer uma avaliação do contexto social e cultural específico, garantindo que as intervenções atendam às necessidades individuais, desde a infraestrutura básica até a disponibilização digital. Rodrigues e Batista (2018) acrescentam que as políticas públicas de inserção digital devem focar em cidadania, inclusão social e desenvolvimento local e nacional, organizadas em três eixos principais: acesso às TDIC, incentivo à produção de conteúdos de interesse público e capacitação de cidadãos e profissionais do atendimento ao público. O grande desafio está em criar processos que permitam o uso inicial das TDIC até à apropriação tecnológica, promovendo o autodesenvolvimento e a participação nas rotinas sociais.

No âmbito social e cultural, Rocha e Nakamoto (2023) entendem que as TDIC devem

ser compreendidas pelo uso das tecnologias digitais, considerando a utilização de tecnologias que se valem da microeletrônica e quase sempre operam por meio da internet. As TDIC incorporam em sua essência a informação e a comunicação dialogando com a contemporaneidade. Os autores entendem que as TDIC desempenham um papel transformador, permitindo o acesso a uma variedade de manifestações culturais, como música, cinema, literatura e arte, por meio de plataformas digitais de galerias virtuais, dentre outros. Dessa forma, isso contribui para a disseminação e preservação da diversidade cultural, além de ampliar o alcance de obras e trabalhos de diversos artistas que, de outra forma, teriam dificuldade em encontrar espaço nos meios de comunicação tradicionais.

Considerando os obstáculos socioeconômicos à integração das TDIC em comunidades carentes, é reconhecido que nem todos esses desafios são abordados de forma abrangente e eficaz. Para superar essas barreiras e assegurar que as tecnologias digitais realmente beneficiem essas comunidades é imperativo adotar uma abordagem sensível ao contexto, que considere as necessidades específicas e as características singulares de cada localidade.

À vista desses aspectos, a análise da inserção das TDIC em comunidades carentes pode revelar tanto as oportunidades oferecidas por essas tecnologias quanto os desafios que precisam ser enfrentados. A implementação das TDIC deve levar em conta as condições e necessidades específicas de cada comunidade para garantir um uso eficaz. Compreender os obstáculos e desenvolver estratégias para superá-los é essencial para que os benefícios das TDIC sejam plenamente aproveitados nessas áreas.

1.1 Tema da Pesquisa

O tema deste estudo aborda o uso das TDIC na vida cotidiana dos moradores das comunidades carentes, tanto os efeitos positivos quanto os negativos nas dinâmicas sociais e econômicas dessas comunidades. São analisados aspectos como a interação entre os moradores, a participação comunitária e suas habilidades digitais, a fim de identificar como a capacitação digital pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida, bem como para o desenvolvimento pessoal e comunitário.

A análise incluiu aspectos como a interação entre os moradores, a participação comunitária e as competências digitais dos indivíduos para a tomada de decisões. O estudo também investigou a capacitação digital, visando compreender como as tecnologias podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento pessoal e comunitário.

1.2 Problema de Pesquisa

Como os moradores da Comunidade Vila Nova acessam e utilizam as TDIC e quais são os desafios enfrentados e as oportunidades que as TDIC podem proporcionar?

1.3 Objetivo Geral

Compreender de que forma moradores de uma comunidade carente de Belo Horizonte acessam e utilizam as TDIC, identificando os desafios, as oportunidades e os impactos dessas tecnologias em seu cotidiano.

1.4 Objetivos Específicos

- Identificar e avaliar o acesso às TDIC pelos moradores de uma comunidade carente em Belo Horizonte, com o intuito de mapear a disponibilidade e a utilização dessas tecnologias no contexto local;
- Identificar as principais barreiras e desafios relatados pelos moradores de uma comunidade carente em Belo Horizonte ao utilizarem as TDIC, em aspectos como infraestrutura, habilidades digitais e limitações socioeconômicas que impactam o uso dessas tecnologias;
- Examinar as formas de uso das TDIC pelos moradores de uma comunidade carente em Belo Horizonte, com foco nas práticas adotadas e na integração dessas tecnologias no cotidiano dos indivíduos, bem como suas implicações para a inclusão digital e o acesso a serviços essenciais.

1.4 Justificativa

A significância desta pesquisa reside na crescente transformação provocada pelas TDIC modificando profundamente a forma como a sociedade global interage, aprende e realiza atividades laborais. Apesar do avanço tecnológico acelerado e da proliferação de recursos digitais, as disparidades no acesso e na utilização dessas tecnologias continuam como um problema, especialmente em comunidades carentes. Em Belo Horizonte, como em muitas outras cidades, essas desigualdades são evidentes e têm causado impactos nas oportunidades de trabalho e na qualidade de vida dos moradores dessas comunidades. Ou seja, infraestrutura inadequada ou insuficiente, limitações financeiras dentre outras barreiras que dificultam o acesso às tecnologias digitais.

Durante a Pandemia de COVID-19, as TDIC foram essenciais para a realização de atividades cotidianas, como o trabalho remoto, a educação escolar e a comunicação. Esse período evidenciou tanto o potencial transformador quanto as limitações dessas tecnologias. As comunidades carentes enfrentaram desafios significativos para acessar e utilizar essas ferramentas, o que ressaltou a importância de compreender como essas podem ser melhor aproveitadas para promover a inclusão e o desenvolvimento social.

Outro fato que justifica a escolha deste tema de pesquisa é que uma busca realizada na base de dados do Sistema de Bibliotecas (*Sophia*) do CEFET-MG utilizando os termos “favela” ou “comunidades carentes” retornou apenas dois trabalhos de conclusão de curso (monografia). O que torna esta pesquisa inédita no Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica (PPGET) do CEFET-MG.

1.5 Estrutura da Dissertação

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos, conforme descrito a seguir:

No Capítulo 1 apresenta-se a introdução do estudo, o objeto de estudo, a problematização, a questão de pesquisa, os objetivos (geral e específicos), a justificativa.

No Capítulo 2, que consiste no referencial teórico, são discutidos os conceitos relevantes para o embasamento teórico e científico do estudo e fundamentação da

análise e discussão dos resultados da pesquisa.

O Capítulo 3 tem como foco a metodologia que contempla os procedimentos adotados para a realização da pesquisa, a classificação do estudo, as etapas do planejamento da pesquisa, os critérios éticos que nortearam o trabalho de campo, a coleta de dados e o processamento dos resultados.

O Capítulo 4 apresenta a tabulação dos dados coletados e sua apresentação em forma de gráficos e tabelas, seguindo-se à discussão dos resultados relacionando-os com o referencial teórico.

Por fim, no Capítulo 5, dedicado às considerações finais, desenvolve-se uma síntese dos principais resultados da pesquisa, retomando o problema de pesquisa e os objetivos. Destaca-se, ainda, as contribuições do estudo e a relevância da pesquisa para o avanço do conhecimento na área estudada.

2- REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Evolução dos conceitos das Comunidade Carentes

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a identificação das favelas nos censos demográficos reflete a evolução metodológica e conceitual na análise desses territórios ao longo do tempo. O Censo de 1950 marcou o início desse processo ao reconhecer a existência das favelas e registrar que 7,2% da população do então Distrito Federal (Rio de Janeiro) residia nesses espaços. No entanto, à época, o conceito de favela ainda era pouco difundido fora do Rio de Janeiro, demandando maior refinamento nos levantamentos censitários.

No Censo de 1960, o IBGE manteve a denominação “Favelas”, e o número dessas ocupações no Rio de Janeiro aumentou de 58 para 147. Essa edição foi marcada pela introdução de cartogramas para substituir cadastros prediais-domiciliares, aprimorando a coleta de dados. Já no Censo de 1970, ocorreu a mudança terminológica para “Aglomerados Urbanos Excepcionais”, sem, no entanto, alterar significativamente a conceituação anterior. Essa adaptação buscava viabilizar levantamentos mais detalhados e tabulações específicas sobre essas áreas.

Em 1980, o IBGE optou por reformular a terminologia denominando esses territórios como “Setor Especial de Aglomerado Urbano”. Pela primeira vez, tabulações estatísticas foram feitas em nível nacional permitindo uma visão mais abrangente da população residente nessas áreas. De acordo com o IBGE, nesse período foram contabilizadas 2.280.063 pessoas morando em 487.729 domicílios em favelas evidenciando a expansão desses espaços urbanos. Com base nesses dados, viviam, em média, 4,7 pessoas por domicílio.

No Censo de 1991, o IBGE introduziu o conceito de “Aglomerado Subnormal”, que passou a ser caracterizado pela irregularidade fundiária associada à precariedade urbanística e de infraestrutura. Esse critério tornou-se um elemento central para a identificação dessas comunidades nas pesquisas censitárias seguintes. Naquele ano, foram registradas 4.482.637 pessoas e 1.028.911 domicílios nesses territórios, ou seja, viviam, em média, 4,4 pessoas por domicílio.

O Censo de 2000 consolidou o uso do termo “Aglomerados Subnormais” e ampliou o

diálogo com a sociedade civil na produção de estatísticas públicas. De acordo com o IBGE, 6.535.634 pessoas viviam nesses territórios, distribuídas em 1.662.868 domicílios, o que equivale a 3,9 pessoas vivendo em média por domicílio. Contudo, divergências entre os dados censitários e levantamentos municipais demonstraram desafios na identificação e no mapeamento dessas áreas, demandando esforços institucionais para aprimorar a metodologia.

Já no Censo de 2010, o IBGE aprofundou a análise sobre esses territórios mantendo a nomenclatura “Aglomerados Subnormais” e excluindo a expressão “favelas e assemelhados”. Segundo o instituto, 11.431.619 pessoas residiam nessas áreas em um total de 3.229.434 domicílios particulares permanentes, isso equivale a uma média de 3,5 pessoas vivendo por domicílio. Além disso, foram publicadas análises detalhadas sobre as condições socioeconômicas desses territórios permitindo uma melhor compreensão da sua distribuição geográfica e dos desafios enfrentados pela população.

Os censos demonstram a evolução metodológica e operacional do IBGE na identificação das favelas e aglomerados subnormais. No entanto, o instituto reconhece que as pesquisas censitárias ainda enfrentam desafios para mensurar com precisão a dinâmica de surgimento, expansão e reassentamento dessas comunidades, o que dificulta a comparabilidade entre os dados de diferentes períodos. O Censo Demográfico de 2022 buscou superar essas limitações, analisando a continuidade territorial e as transformações ocorridas desde 2010, contribuindo para a formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento urbano e à inclusão social dessas populações. No Brasil, em 2022, a média de moradores por domicílio era de 2,79 pessoas. O Quadro 1 apresenta a média de pessoas por domicílio no Brasil de 1980 a 2022.

Quadro 1 - Média de pessoas por domicílio de 1980 a 2022.

Ano	Média de Pessoas/domicílio
1980	4,7
1991	4,4
2000	3,9
2010	3,5
2022	2,8

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Conforme disposto no Quadro 1, de 1980 a 2022 observou-se uma redução na média de pessoas por domicílio no Brasil. Em 1980, cada domicílio abrigava, em média, 4,7 pessoas. Esse número caiu gradualmente ao longo das décadas: para 4,4 em 1991, 3,9 em 2000, 3,5 em 2010 e 2,8 em 2022. Essa tendência reflete mudanças sociais e demográficas importantes, como a diminuição da taxa de fecundidade, o aumento da urbanização, a valorização de moradias individuais e a maior independência dos membros da família, especialmente dos jovens. Esses dados evidenciam uma transformação nos padrões familiares e habitacionais ao longo das últimas décadas.

2.1.1 De Aglomerados Subnormais a Favelas e Comunidades

O Quadro 2 apresenta as terminologias empregadas pelo IBGE de 1950 a 2022.

Quadro 2 - Terminologias empregadas pelo IBGE na elaboração e disseminação de dados estatísticos e geográficos sobre assentamentos precários e áreas urbanas populares

Ano	Pesquisa	Base Territorial	Tabulações dos resultados	Agregados de setores censitários
1950	Censo Demográfico	Favelas	Favelas	-
1960	Censo Demográfico	Favelas	Favelas	-
1970	Censo Demográfico	Aglomerados urbanos excepcionais	Aglomerados urbanos excepcionais geralmente conhecidos como Favelas, Mocambos, alagados etc.	-
1980	Censo Demográfico	Setores especiais de aglomerado urbano	Favelas	-
1991	Censo Demográfico	Aglomerados subnormais (favelas e similares)	Favelas	Aglomerados subnormais (favelas e similares)
1996	Contagem da	Aglomerados subnormais (favelas e similares)	Aglomerados subnormais (favelas e similares)	-

	População			
1999	MUNIC	-	Favelas e assemelhados	-
2000	Censo Demográfico	Aglomerados subnormais (favelas e similares)	-	Aglomerados subnormais (favelas e similares)
2001	MUNIC	-	Favelas e assemelhados	-
2007	Contagem da População	Aglomerados subnormais (favelas e similares)	-	Aglomerados subnormais
2010	Censo Demográfico	Aglomerados subnormais	Aglomerados subnormais	Aglomerados subnormais

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1950/2010; Contagem da População 1996/2007; Pesquisa de Informações Municipais 1999/2001.

Conforme apresentado no Quadro 2, a nomenclatura “Favela” foi utilizada de 1950 a 1970 e a partir de 1971 a 1980 utilizou-se a denominação de “Aglomerados Urbanos Excepcionais”. No período de 1981 a 1991 as comunidades eram identificadas como “Setores Especiais de Aglomerado Urbano”. De 1992 a 2024 a denominação utilizada era “Aglomerados Subnormais”. A partir de 2024, depois de amplamente discutido pelo IBGE com movimentos sociais, comunidade acadêmica e diversos órgãos governamentais, passou a ser denominada por “Favelas e Comunidades Urbanas” (IBGE, 2024).

2.2 Comunidades Carentes e Informações Oficiais

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu, em 2000, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), incluindo a meta de melhorar a vida de 100 milhões de habitantes de favelas no mundo em 2020. Para monitorar esse objetivo, a ONU-Habitat utilizou indicadores relacionados ao saneamento e à segurança da posse. Diante da dificuldade de padronizar informações, a organização realizou uma reunião em 2002, resultando na definição operacional de "*slum*[1]", que considera aspectos como acesso inadequado à água e saneamento, precariedade estrutural das moradias, alta densidade populacional e insegurança da posse.

O conceito de *slum*, inicialmente relacionado a cortiços urbanos degradados, expandiu-se para incluir assentamentos informais, caracterizados pela pobreza e precariedade. No Brasil, o IBGE adota a categoria "aglomerado subnormal", alinhada

[1] A ONU considera os *slums* como áreas com condições de vida precárias, como falta de água, saneamento e moradia.

às diretrizes internacionais.

Com a adoção da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a meta 11.1 que visa, “até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas”, passou a focar na urbanização das favelas e no acesso à moradia digna. A ONU-Habitat aprimorou sua metodologia considerando assentamentos informais e situações de precariedade habitacional. Esses são identificados com base em critérios como segurança da posse, infraestrutura, acessibilidade financeira[2], habitabilidade, localização e adequação cultural.

Para medir a precariedade habitacional[3], um dos critérios estabelecidos foi a acessibilidade financeira, considerando moradias precárias aquelas cujo custo mensal excede 30% da renda familiar. O indicador 11.1.1 (Quadro 3) foi criado para monitorar globalmente a urbanização das favelas e comparar diferentes contextos urbanos, consolidando os critérios definidos em 2002 e ampliando a análise da habitação inadequada. O Quadro 3 apresenta o indicador 11.1.1 para acompanhamento do ODS 11.

Quadro 3 - Indicador 11.1.1 para acompanhamento do ODS 11

Indicador 11.1.1	**Proporção de população urbana vivendo em *slums*, assentamentos informais ou em situações de precariedade habitacional**
Metadado	Porcentagem de população urbana vivendo em *slums* ou assentamentos informais
Definição	Proporção de pessoas vivendo em domicílios com carência de pelo menos uma das seguintes condições habitacionais: i) acesso à água tratada e ao saneamento; ii) área suficiente de convivência (sem superlotação); iii) qualidade/durabilidade estrutural do domicílio; e iv) segurança da posse.

[2] A acessibilidade financeira, segundo a ODS, refere-se à garantia de que todos, especialmente os mais vulneráveis, tenham acesso a serviços financeiros essenciais em condições justas e acessíveis.

[3] A precariedade habitacional refere-se a condições de moradia inadequadas ou insuficientes, seja por falta de acesso à moradia, seja por moradias em condições ruins ou inseguras. Isso inclui problemas como falta de saneamento básico, más condições estruturais das casas, superlotação, e famílias gastando uma grande parte de sua renda com aluguel.

Metodologia	**i) Acesso à água tratada**: um domicílio tem acesso à água tratada se estiver disponível uma quantidade de água suficiente para o uso da família (20 litros/pessoa/dia). Os seguintes critérios devem ser utilizados para determinar o acesso à água tratada: · Água canalizada · Reservatório público atendendo aos domicílios . Água engarrafada **ii) Acesso ao saneamento**: um domicílio tem acesso ao saneamento de acordo com os seguintes critérios: · Rede coletora de esgoto · Vaso sanitário com descarga · Vaso sanitário em espaço com ventilação · Vaso sanitário com laje · Fossa séptica **iii) Área suficiente de convivência** (sem superlotação): um domicílio apresenta área suficiente para viver quando há menos de 4 pessoas por cômodo. Indicadores adicionais de superlotação também podem ser considerados, tais como indicadores relacionados à área (por exemplo, área média do domicílio por pessoa ou o número de domicílios por área) ou indicadores relacionados ao domicílio (por exemplo, o número de pessoas por cama ou o número de crianças abaixo de cinco anos por quarto). **iv) Qualidade/durabilidade estrutural do domicílio**: um domicílio é considerado de qualidade/durabilidade se é construído fora de áreas de risco e possui estrutura permanente e adequada o suficiente para proteger seus habitantes de condições climáticas extremas. Os seguintes critérios são utilizados para determinar a qualidade/durabilidade estrutural dos domicílios: · Qualidade da estrutura; · Qualidade do material construtivo das paredes, piso e teto; · Cumprimento das normas construtivas locais; · O domicílio não se encontra em estado dilapidado; · O domicílio não necessita de grandes reformas; · O domicílio não está localizado em encosta íngreme; · O domicílio não está localizado ou próximo de áreas de contaminação; · O domicílio não está localizado em uma planície de inundação. O domicílio não está localizado em uma via perigosa (linha de trem, estrada, aeroporto ou linha de transmissão). **v) Segurança da posse**: a segurança da posse é o direito de todos os indivíduos e grupos à proteção efetiva contra despejos arbitrários e ilegais. A segurança da posse pode ser evidenciada por meio de mecanismos formais ou informais tanto do direito codificado quanto do direito consuetudinário. Os seguintes critérios são utilizados para determinar a segurança da posse: · Evidência de documentação que pode ser usada como prova da segurança da posse; · Proteção de fato ou percebida contra despejos forçados; e · Formalmente, o indicador é calculado por meio da relação entre o número de pessoas vivendo em favelas e a população total da cidade.

Fonte: Tradução livre e adaptação de UNSD (2020).

Apesar da complexidade em definir favelas e assentamentos informais, o IBGE reconheceu a importância de ampliar a base de dados sobre territórios populares, considerando a noção de precariedade habitacional adotada pela ONU. Como responsável pelos indicadores dos ODS no Brasil, o instituto incorporou essa perspectiva na construção do indicador 11.1.1. Dessa forma, os critérios estabelecidos

não apenas englobam os setores anteriormente classificados como aglomerados subnormais, mas também abrangem outras áreas urbanas com características semelhantes e novas variáveis relevantes. No Censo Demográfico de 2022, o IBGE passou a adotar oficialmente a nomenclatura “Favelas e Comunidades Urbanas”, em substituição ao termo técnico “Aglomerados Subnormais”, utilizado em pesquisas anteriores. Essa mudança representa um avanço conceitual e simbólico importante, pois busca alinhar a linguagem estatística às formas de identificação mais reconhecidas socialmente e historicamente no Brasil, como o termo “favela”, utilizado pelo IBGE desde 1950. A mudança de nomenclatura não implicou, neste primeiro momento, alterações nos critérios técnicos de identificação e mapeamento dessas áreas, os quais permaneceram os mesmos adotados durante a coleta do Censo de 2022. A decisão resultou de um processo participativo com diversos setores da sociedade civil, refletindo o esforço do IBGE em aproximar a produção estatística da realidade social e urbana brasileira.

O Quadro 4 mostra o indicador 11.1.1 construído pelo IBGE para os ODS Brasil.

Quadro 4 - Indicador 11.1.1 construído pelo IBGE para os ODS Brasil

ODS	11. Cidades e comunidades sustentáveis
Meta	11.1. Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.
Indicador	Proporção de população urbana vivendo em assentamentos precários, assentamentos informais ou precariedade habitacional.
Conceitos e definições	O indicador expressa a proporção da população urbana que está exposta a condições precárias de habitação, num sentido amplo, de modo a permitir que se captem situações de precariedade não apenas dos países em desenvolvimento, mas também dos países desenvolvidos e em áreas urbanas com maiores recursos. O indicador é composto por três eixos: população vivendo em assentamentos ou habitações precárias, inadequadas ou informais. Os assentamentos precários incluem áreas com precariedade de serviços públicos essenciais, ausência de saneamento básico, sem fornecimento de água tratada, superlotação em dormitórios e condições impróprias da estrutura física das residências. A adequabilidade das habitações pode ser estimada a partir da acessibilidade dos imóveis, em termos de custo relativo do aluguel em relação à renda familiar, pois um eventual excesso de gasto com aluguel implicaria na redução do acesso a outras necessidades básicas como alimentação, saúde e transporte. Por fim, os assentamentos informais são aqueles não reconhecidos legalmente por instrumentos municipais de controle e planejamento. Para o Brasil, o recorte dos Aglomerados Subnormais produzido pelo IBGE contempla, em grande medida, as três dimensões citadas. No entanto, muitos dos elementos que compõem o indicador estão amplamente difusos pelos territórios em áreas que não necessariamente compõem áreas de baixa renda ou Aglomerados Subnormais, por isso há necessidade de aplicar os critérios descritos em todos os setores urbanos do País.

Cálculo	O cálculo do indicador envolveu duas frentes: a população urbana que reside em setores do tipo Aglomerado Subnormal e a população urbana em outros tipos de setores com condições de habitação precárias ou inadequadas – para integrar essa categoria, deve-se cumprir ao menos uma das seguintes condições: - Densidade morador/dormitório maior que 3; - Abastecimento de água por outras formas que não seja 'rede geral de distribuição'; - Esgotamento sanitário de outros tipos que não sejam 'rede geral de esgoto pluvial' ou 'fossa séptica'; - Lixo com destinações diferentes de 'coletado diretamente por serviço de limpeza' ou 'colocado em caçamba de serviço de limpeza'; - O gasto com aluguel será igual ou superior a 30% do total da renda domiciliar.
Fórmula de cálculo	População urbana em Aglomerados Subnormais + População urbana fora de Aglomerados Subnormais em condições de habitação precárias ou inadequadas/População urbana * 100

Fonte: IBGE (2024).

Diante das dificuldades em distinguir claramente os limites entre diferentes tipos de ocupação, o Ministério das Cidades propôs a adoção do termo "assentamento precário" de maneira mais ampla. Segundo a recomendação ministerial, essa categoria deveria englobar todas as formas de ocupação caracterizadas por falta de regularização fundiária, infraestrutura deficiente, localização inadequada e moradias em condições precárias, aspectos comuns à maioria dos assentamentos de baixa renda. Além disso, os cortiços passaram a ser tratados separadamente dentro de um programa específico voltado à revitalização de áreas centrais. O Quadro 5 apresenta as 13 variáveis relevantes para caracterização dos assentamentos precários, referência para a classificação e o mapeamento dessas áreas, de acordo com as diretrizes do Ministério das Cidades.

Quadro 5 - Variáveis relevantes para caracterização dos assentamentos precários

Nº	Variáveis	Características ou indicadores
1	Renda Familiar	Em reais, ou faixas de salário-mínimo: de 0 a 3; de 3 a 5; de 5 a 10; maior que 10.
2	Situação fundiária	Regular ou irregular (moradores não têm título de posse ou propriedade).
3	Domínio da área	Pública ou privada; ações de despejo; dívidas com IPTU.
4	População	Estimativa do número de domicílios e do número de moradores por domicílio
5	Infraestrutura urbana	Falta de ligações regulares à rede pública de água, esgoto e iluminação; coleta de lixo; pavimentação e drenagem de águas pluviais.
6	Padrão urbanístico do viário interno ao assentamento	Traçado regular, com ruas carroçáveis (4 m ou mais de largura e leito regularizado); ou traçado desordenado e circulação por meio de vielas de pedestres, escadarias, pinguelas etc.
7	Padrão urbanístico dos "lotes"	Lotes de tamanho regular; ou grande variedade de formas e tamanhos. Situações específicas, como: palafitas; quilombolas; núcleos isolados de área urbana etc.
8	Áreas de risco	Ocorrências de alagamento, desmoronamento/escorregamento de

		encostas, solapamento de margens de rios.
9	Densidade do assentamento	Edificações com um ou mais pavimentos; com ou sem recuos laterais e frontais.
10	Material de construção	Permanente/adequado (tijolo, bloco, barro, madeira etc.) ou improvisado/inadequado (barro mal-feito, madeira velha, sucata etc.).
11	Localização em terrenos com restrições absolutas à ocupação	Oleodutos e gasodutos; faixas de linhas de alta tensão; faixas de domínio de ferrovias ou rodovias; lixões e outras áreas contaminadas.
12	Localização em áreas de preservação ambiental	Áreas de Preservação Permanente (APP); Unidades de Conservação (UC).
13	Zoneamento municipal	Zona urbana ou rural; e tipo de zona (ZEIS, zona mista, zona industrial etc.).

Fonte: Adaptado de IBGE (2024).

O conceito de assentamentos precários, destacado no nome do indicador produzido pelo IBGE, começou a ser utilizado no Brasil em 2004 pelo Ministério das Cidades, com apoio do Conselho das Cidades. Essa definição surgiu no contexto da Política Nacional de Habitação, visando abranger as diversas formas de precariedade habitacional no país (Brasil, 2004).

O termo refere-se às áreas urbanas ocupadas por pessoas de baixa renda, incluindo diferentes tipos de moradias inadequadas, como cortiços, loteamentos irregulares, favelas e conjuntos habitacionais degradados (Brasil, 2010, p. 9). De acordo com o Guia para o Mapeamento e a Caracterização de Assentamentos Precários, publicado pelo Ministério das Cidades em 2010, essas áreas foram classificadas em diferentes categorias, conforme apresentado no Quadro 6.

Quadro 6 - Principais categorias de assentamentos precários conforme o Ministério das Cidades

Variáveis	**Tipologias de assentamentos precários**			
	Cortiços	**Favelas**	**Loteamentos irregulares**	**Conjuntos habitacionais**
Acesso à moradia	Aluguel sem contrato ou ocupação de imóvel abandonado (público ou privado).	Ocupação ilegal de áreas públicas ou privadas, seguida de compra e venda sem registro.	Compra e venda entre agentes privados. Sem escritura no registro imobiliário.	Compra e venda ou concessão de uso pelo poder público (sem registro). Ocupação ilegal.
Terreno	Lote regular.	Dimensões irregulares. Resultante de subdivisão informal de lote ou gleba ou área de proteção ambiental.	Lote de dimensão regular em gleba parcelada irregularmente.	Cota parte de terreno ou lote, em gleba parcelada pelo poder público, sem aprovação formal.
Localização	Áreas centrais.	Áreas centrais, intermediárias e periféricas,	Áreas de periferia adequadas ou não à urbanização.	Áreas de periferia adequadas ou não à urbanização.

		adequadas ou não à urbanização.		
Traçado Urbano e Infraestrutura	Inserido em áreas consolidadas com traçado urbano regular e dotadas de infraestrutura.	Inserido em área com ou sem infraestrutura. Nas áreas internas do assentamento: traçado desordenado; predominância de vielas de pedestres e escadarias; ausência ou precariedade das demais infraestruturas.	Traçado urbano regular; viário com problemas de drenagem e trafegabilidade; precariedade das demais infraestruturas. Áreas públicas ocupadas por favelas.	Traçado urbano regular. Infraestrutura completa ou não, com problemas de manutenção. Áreas públicas ocupadas por favelas.
Condição da unidade habitacional	Cômodo resultante da subdivisão de imóvel degradado. Uso coletivo de instalações sanitárias. Hidráulica e elétrica precárias. Insalubridade.	Autoconstrução, problemas estruturais; materiais inadequados; hidráulica e elétrica precárias e irregulares; insalubridade e risco.	Autoconstrução ou mutirão; falta de acabamento; materiais de baixa qualidade; hidráulica e elétrica regulares ou não.	Construção por empreitada ou mutirão; materiais de baixa qualidade; falta de acabamento e manutenção; áreas comuns e entorno degradado.

Fonte: Adaptado de IBGE (2024).

A regularização fundiária no Brasil tem sido um tema central nas políticas habitacionais, especialmente no contexto dos assentamentos informais e precários. A Lei nº 11.977/2009, que regulamentou o Programa “Minha Casa Minha Vida”, elaborou diretrizes para a regularização de áreas urbanas ocupadas de forma irregular, mas sem definir claramente o conceito de "assentamentos informais". Em 2017, a revogação dessa norma pela Lei nº 13.465 estabeleceu novas regras, introduzindo o termo "Núcleo Urbano Informal" (NUI) para identificar territórios sem titulação fundiária. A partir dessa legislação, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Secretaria Nacional de Habitação conduziram a Pesquisa de Núcleos Urbanos Informais (Pesquisa NUI), buscando mapear essas áreas e compreender suas condições estruturais.

Entretanto, a complexidade da urbanização brasileira e a diversidade de contextos regionais tornam desafiadora a padronização conceitual, exigindo um esforço contínuo do IBGE para alinhar critérios internacionais às especificidades do território nacional. O Quadro 7 apresenta as diversas nomenclaturas conforme o tipo de comunidade e sua definição geral.

Quadro 7 - Conceitos de Comunidades Carentes

Tipo de comunidade	Conceito
Slums	Áreas urbanas densamente povoadas caracterizadas por habitação abaixo do padrão [*substandard housing*] e miséria. (...). Os domicílios nesses assentamentos variam de barracos a estruturas mais permanentes, e o acesso aos serviços básicos e infraestrutura tende a ser limitado ou deteriorado (ONU-Habitat, 2003).
Assentamentos informais	Assentamentos com características similares aos *slums*, tendo, porém, a insegurança da posse como elemento central, o que compreende desde a ocupação de terrenos ou edifícios públicos ou privados até relações informais de aluguel. Geralmente, não há acesso adequado a serviços básicos e infraestrutura. Os domicílios não possuem autorização para a construção e podem não obedecer às normas urbanísticas e construtivas, estando situados geralmente em áreas de risco. Assentamentos informais podem ser ocupados por populações de todos os níveis de renda (ONU-Habitat, 2003).
Precariedade habitacional	Todas as situações identificadas onde haja insegurança jurídica da posse; indisponibilidade de serviços, recursos, equipamentos públicos e infraestrutura; comprometimento excessivo da renda familiar com moradia; insegurança física e superlotação, bem como falta de proteção contra condições climáticas, ameaças à saúde e riscos estruturais; falta de acessibilidade para necessidades específicas; falta de acesso a oportunidades de emprego, serviços de saúde, educacionais etc.; localização próxima a fontes de poluição; falta de adequação cultural (ONU-Habitat, 2003).
Assentamentos precários	O conjunto de assentamentos urbanos inadequados ocupados por moradores de baixa renda, incluindo as tipologias tradicionalmente utilizadas pelas políticas públicas de habitação, tais como cortiços, loteamentos irregulares de periferia, favelas e assemelhados, bem como os conjuntos habitacionais que se acham degradados (Brasil, 2004).
Núcleos Urbanos Informais	Aqueles clandestinos, irregulares ou nos quais não foi possível realizar, por qualquer modo, a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização (Brasil, 2017; Ipea, 2022).

Fonte: Adaptado de ONU-Habitat (2003); Brasil (2004, 2017); Ipea (2022).

De acordo com as definições apresentadas no Quadro 7, percebe-se algumas características similares nessas comunidades, como por exemplo a insegurança jurídica[4] em relação à posse ou titularidade das moradias, seja pela falta de regularização da titulação ou por se tratar de ocupação de terrenos ou edifícios, públicos ou privados. Nesse caso, nenhum dos tipos de comunidades - *Slums*, Assentamentos informais, Precariedade habitacional, Assentamentos precários e Núcleos urbanos informais - são consideradas como assentamento formal, ademais, existe uma precariedade quanto ao acesso a serviços básicos e de infraestrutura. A situação nessas comunidades tende a ser considerada ainda mais frágil pelo fato de existir o risco de construções fora das normas urbanísticas e construtivas e estarem situadas geralmente em áreas de risco.

[4] A posse é o direito factível de uma pessoa usar e usufruir de um imóvel. A titulação é o reconhecimento formal e legal sobre um bem, geralmente registrado em cartório, que garante ao titular o domínio pleno sobre o imóvel.

O Censo Demográfico 2020 foi adiado para 2022 devido à Pandemia de COVID-19. No período de 2020 a 2022, o IBGE aprimorou seus métodos de identificação e mapeamento de aglomerados subnormais (favelas e comunidades urbanas), utilizando imagens de satélite, visitas de campo e parcerias com prefeituras. O resultado foi a identificação de 11.421 aglomerados setorizados e 2.352 não setorizados em 736 municípios. O levantamento contou com instrumentos como a Ficha de Informações Territoriais (FIT) e a Ficha de Informações da Prefeitura (FIP), que ajudaram na classificação e compreensão das condições fundiárias dos territórios. Além disso, testes e provas pilotos foram realizados de 2018 a 2021 para validar questionários, metodologias e sistemas de coleta de dados.

O Censo Experimental em 2019 e testes como o da Ilha de Paquetá, em 2021, contribuíram para aperfeiçoar a coleta de dados, incluindo a aplicação simultânea de três métodos: presencial, internet e telefone. O IBGE também implementou a Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios, levantando informações sobre infraestrutura urbana, e criou a Base de Informações sobre os Setores Censitários (BIOS) para facilitar o trabalho dos recenseadores.

As melhorias metodológicas refletiram no aumento significativo dos aglomerados subnormais mapeadas, contribuindo para um retrato mais preciso das desigualdades urbanas no Brasil.
O Quadro 8 exibe o conceito de aglomerados subnormais no Censo 2010 e no Censo 2022, antes da reformulação, que é alvo desta mudança metodológica, referindo-se a áreas caracterizadas por ocupação irregular e carência de serviços essenciais.

Quadro 8 - O conceito de aglomerados subnormais no Censo 2010 e no Censo 2022

Aglomerados Subnormais - Censo 2010	Aglomerados Subnormais - Censo 2022 (Pré-reformulação)
Um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, **ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular)** e estando dispostas, em geral, de **forma desordenada e/ou densa**. A identificação dos aglomerados subnormais é feita com base nos seguintes critérios: **Ocupação ilegal da terra**, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e possuir pelo menos uma das seguintes características: **Precariedade de serviços públicos essenciais**, tais quais energia elétrica, coleta de lixo e redes de água e esgoto; ou **Urbanização fora dos padrões vigentes** - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos.	Formas de **ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia (públicos ou privados)** para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um **padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas que apresentam restrições à ocupação**. A identificação de Aglomerados Subnormais deve ser feita com base nos seguintes critérios: Caso haja **ocupação irregular da terra**, ou seja, quando os domicílios estão em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular), **agora ou em período recente** (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos) **e** quando se soma à **ocupação irregular da terra** uma ou mais das características a seguir: **Precariedade de serviços públicos essenciais**, como iluminação elétrica domiciliar, abastecimento de água, esgoto sanitário e coleta de lixo regular **e/ou Urbanização fora dos padrões vigentes**, refletida pela presença de vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais, ausência de calçadas ou de largura irregular e construções não regularizadas por órgãos públicos **e/ou Restrição de ocupação**, quando os domicílios se encontram em área ocupada em desacordo com legislação que visa à proteção ou restrição à ocupação com fins de moradia como, por exemplo, faixas de domínio de rodovias, ferrovias, áreas ambientais protegidas e áreas contaminadas.

Fonte: IBGE (2011, 2020).

O uso da expressão "Aglomerado Subnormal" para designar determinadas áreas urbanas tem sido amplamente questionado, pois carrega juízos de valor que não condizem com diretrizes nacionais e internacionais sobre o direito à moradia adequada e a função social da cidade e da propriedade urbana. A moradia, reconhecida como um direito humano fundamental pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e pela Constituição Federal do Brasil (1988, Art. 6º), deve ser garantida independentemente da regularização fundiária. Além disso, o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) e outros dispositivos legais estabelecem diretrizes para a regularização fundiária e a segurança da posse.

O Comentário nº 4 do Comitê da ONU sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

(1991) reforça que a moradia adequada envolve segurança da posse, acesso a serviços essenciais, habitabilidade, acessibilidade, localização e adequação cultural. Essas diretrizes se contrapõem à visão estigmatizante dos territórios periféricos como meramente "ilegais" ou "irregulares" (Catalá; Carmo, 2021).

No Brasil, a definição de "Aglomerado Subnormal" introduzida no Censo de 1991 priorizou a irregularidade fundiária em detrimento de aspectos como precariedade habitacional e infraestrutura urbana. Contudo, a estabilidade de muitas dessas ocupações e o direito à usucapião indicam que muitas dessas áreas deveriam ser reconhecidas como parte da cidade formal. Barbosa e Silva (2013) alertam para a necessidade de superar representações que reduzem as favelas a espaços precários e ilegais, enfatizando que essas comunidades são resultado dos esforços dos mais pobres para garantir seu direito à cidade.

Diante das diretrizes internacionais e nacionais, torna-se fundamental reconstruir a representação dessas áreas, reconhecendo-as como territórios de resistência e organização social, ao invés de espaços marginais, buscando formas mais adequadas de identificação e mapeamento desses territórios urbanos.

Desde o Censo de 1950 o IBGE tem buscado aprimorar suas definições, considerando demandas institucionais e sociais. Entretanto, a nomenclatura utilizada nos Censos de 1991, 2000 e 2010 tem sido alvo de críticas por seu caráter pejorativo e por reforçar hierarquias urbanas (Cardoso, 2016; Gonçalves, 2020).

Rolnik (2019) aponta que termos como “*slum*” em inglês e “aglomerado subnormal” em português carregam uma carga discriminatória, associando esses espaços à marginalidade. Já Cardoso (2016) ressalta que a qualificação de “subnormal” não apenas descreve as características físicas das favelas, mas também impacta a percepção sobre seus moradores.

Diante dessas questões, o IBGE formou, em 2003, um Grupo de Trabalho para revisar critérios e terminologias, propondo alternativas como “assentamento urbano informal” (IBGE, 2005). No entanto, a modificação conceitual não foi implementada na época, devido a desafios operacionais e à necessidade de manter a coerência metodológica das séries históricas.

A persistência do conceito foi tema de debates em conferências e encontros nacionais, como a INFOPLAN em 2016, onde pesquisadores e organizações sociais instigaram o IBGE a reconsiderar a nomenclatura. Apesar dos avanços na identificação e no mapeamento das favelas, o termo “aglomerado subnormal” continua sendo utilizado, reforçando a necessidade de novas abordagens mais alinhadas com a realidade desses territórios e com o reconhecimento de sua diversidade socioespacial.

O Censo 2022 do IBGE manteve a utilização do conceito “Aglomerado Subnormal” para a identificação e classificação de territórios urbanos periféricos, apesar de avanços metodológicos e da criação de um Grupo de Trabalho sobre Favelas e Comunidades Urbanas. Esse grupo buscou reformular a nomenclatura, considerando as demandas sociais e os princípios da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Cidade de 2001. Segundo Rolnik (2019), a terminologia utilizada em pesquisas censitárias influencia diretamente as políticas públicas e a percepção sobre territórios periféricos, sendo essencial evitar termos que reforcem estigmas sociais.

Para viabilizar essa mudança, o IBGE realizou, em 2023, o I Encontro Nacional de Produção, Análise e Disseminação de Informações sobre as Favelas e Comunidades Urbanas no Brasil. Durante o evento, ficou evidente a rejeição ao termo “aglomerado subnormal” e a preferência pelo uso do termo “favela”, associado a uma reivindicação histórica dos movimentos populares. Ao mesmo tempo, discutiu-se a necessidade de critérios que incorporassem a diversidade territorial e a precariedade na oferta de serviços públicos, em vez de definir esses espaços apenas pela irregularidade fundiária (IBGE, 2023).

O debate destacou a importância de que as favelas sejam reconhecidas como territórios que exigem políticas públicas específicas, e não apenas como um recorte estatístico. Dessa forma, reafirmou-se a necessidade de construir representações que valorizem a organização social e as dinâmicas locais, sem reforçar estereótipos excludentes (Maricato, 2002). Ao final das discussões, consolidou-se a proposta de substituição do termo “aglomerado subnormal” por “favelas e comunidades urbanas”, reafirmando a importância do envolvimento da sociedade nesse processo.

2.2.1 Periferias Urbanas

Aglomerados

Jane Jacobs (1961) faz uma análise sobre o planejamento urbano e os aglomerados urbanos, defendendo uma abordagem que prioriza a diversidade e a interação social nos espaços urbanos. De acordo com a autora, as cidades não devem ser entendidas apenas como coleções de edifícios e ruas, mas como espaços dinâmicos, onde diferentes atividades e pessoas se encontram e interagem, promovendo vitalidade, segurança e inovação.

Jacobs (1961) argumenta que a diversidade de usos em um bairro, como a combinação de residências, comércio, cultura e lazer, é essencial para a manutenção da **s**egurança e da vitalidade urbana. A autora afirma que quando os espaços urbanos são exclusivos para uma única função, como bairros apenas residenciais ou comerciais, os mesmos perdem sua vitalidade e se tornam mais suscetíveis a problemas como o crime e o abandono.

Outro ponto central do pensamento da autora é a importância da interação social. Jacobs (1961) acredita que as cidades devem ser locais onde as pessoas se encontram espontaneamente, principalmente em espaços públicos como ruas, praças e calçadas. A autora introduz o conceito de "olho na rua", defendendo que a observação mútua entre os moradores é um fator essencial para garantir a segurança. Quando os habitantes estão engajados com o que acontece ao seu redor, eles se tornam uma vigilância natural, o que inibe comportamentos negativos (Jacobs, 1961).

Conforme Jacobs (1961, p. 56) **"**as cidades se tornam seguras quando há um constante ciclo de atividades nas ruas e quando elas são projetadas para fomentar a interação natural entre seus habitantes". Refletindo sobre como a segregação das funções nas cidades, como a criação de áreas exclusivamente residenciais ou comerciais, enfraquece a coesão social e a vitalidade das comunidades. A autora observa que **"**os planejadores urbanos muitas vezes tentam 'resolver' os problemas das cidades isolando as funções e criando zonas de especialização. Entretanto, “a segregação cria problemas maiores do que os que tenta resolver**"** (Jacobs, 1961, p. 78). Para a autora, o verdadeiro sucesso de um aglomerado urbano está na sua

complexidade e diversidade, onde diferentes tipos de pessoas, atividades e interações sociais coexistem e se reforçam mutuamente.

A visão de Jacobs (1961) sobre aglomerados urbanos é baseada na crença de que a mistura de usos e a interação social são essenciais para a criação de cidades vibrantes, seguras e inovadoras. A autora critica fortemente o planejamento urbano que isola as funções e cria espaços homogêneos, argumentando que isso resulta em cidades monótonas e desumanizadas. Em vez disso, a autora defende que as cidades devem ser planejadas para incentivar a diversidade, a interação e o encontro entre os cidadãos, promovendo a segurança, o bem-estar e o dinamismo urbano.

De acordo com o IBGE, o conceito de Aglomerado Subnormal manteve-se como uma categoria síntese de abrangência nacional, permitindo a identificação, o mapeamento e a classificação de favelas e comunidades urbanas no Brasil. O Censo de 2010 trouxe avanços nessa classificação, preservando, contudo, a definição utilizada em levantamentos anteriores. Naquele ano, pela primeira vez, os dados sobre esses territórios foram divulgados individualmente para cada área identificada, o que ampliou a disseminação do termo “Aglomerado Subnormal” entre os usuários das informações.

Comunidades

No que diz respeito às comunidades carentes no Brasil, Silva (2015) analisa as questões que afetam essas comunidades, com ênfase no impacto da ausência de planejamento nas políticas econômicas direcionadas a essas localidades. A autora explora como as políticas econômicas globais, nacionais e regionais influenciam diretamente as condições de vida das populações mais vulneráveis, destacando os obstáculos a uma política econômica mais inclusiva e ajustada à realidade brasileira.

Nesse viés, Silva (2015) observa que embora as políticas públicas no Brasil, principalmente no âmbito do Direito Econômico, busquem atender as necessidades da população carente, essas muitas vezes falham em promover mudanças efetivas, especialmente devido a um planejamento inadequado e à exclusão das comunidades no processo decisório. Em uma das seções de seu livro, a autora afirma que "a falta de planejamento de políticas econômicas no âmbito global, nacional e regional afeta diretamente o planejamento para uma política social mais eficaz nas comunidades

carentes, perpetuando a desigualdade e dificultando o acesso a direitos fundamentais" (Silva, 2015, p. 17).

Ao longo de sua análise, a autora supracitada expõe a realidade socioeconômica das comunidades carentes, ressaltando que a ausência de uma política econômica que atenda às especificidades dessas regiões contribui para a perpetuação das condições de pobreza e desigualdade social. As políticas de globalização econômica, que frequentemente ignoram as necessidades locais, são descritas como um fator que agrava essa situação. Silva (2015) destaca ainda que a mundialização econômica, muitas vezes, exclui essas comunidades de um processo de desenvolvimento mais equitativo, deixando-as à margem das transformações que ocorrem no contexto global.

Além disso, Silva (2015) dedica um capítulo específico para discutir como a realidade socioeconômica reflete esses problemas, com uma análise crítica das políticas locais e a necessidade de intervenções mais eficazes para a melhoria das condições de vida nas comunidades carentes. A autora também faz uma análise do impacto das políticas públicas econômicas e da política local, ressaltando como a legislação vigente e a falta de recursos dificultam a implementação de soluções concretas para a melhoria da qualidade de vida dessas populações.

O Ministério das Cidades, por meio do conceito de assentamentos precários, ressaltou a necessidade de uma abordagem mais ampla para identificar territórios com características semelhantes às dos aglomerados subnormais, mas que não haviam sido mapeados pelo IBGE no Censo 2000. Em resposta, o IBGE realizou levantamentos de campo em todo o país para reconhecer a diversidade dessas áreas, considerando suas diferentes denominações locais, como grotas, palafitas, ocupações e invasões. No entanto, o conceito de “Comunidade” prevaleceu como uma categoria essencial, permitindo a identificação, o mapeamento e a classificação desses territórios em âmbito nacional.

Favelas

Os autores Silva, Cardoso e Denaldi (2018) abordam as favelas no processo de urbanização de áreas e nas políticas públicas relacionadas à habitação popular. Segundo os autores, a urbanização das favelas no Brasil não deve ser vista apenas como um esforço para melhorar as condições de vida nos assentamentos precários, mas como um processo complexo e multifacetado de intervenção no espaço urbano, que busca transformar essas localidades, garantindo direitos aos seus moradores e promovendo a inclusão social. A partir da Constituição Federal de 1988, houve uma mudança significativa nas políticas habitacionais, que passaram a focar na regularização fundiária e na implementação de projetos de urbanização, com o objetivo de garantir a permanência dos moradores em seus locais de residência. Essa abordagem representa uma mudança importante em relação às políticas anteriores, que tinham como objetivo principal a erradicação das favelas.

Sob essa ótica, Silva, Cardoso e Denaldi (2022) destacam que a urbanização das favelas envolve não apenas a melhoria das condições de infraestrutura, como acesso a serviços básicos de água, esgoto, eletricidade e transporte, mas também questões relacionadas à inclusão social e à garantia de direitos. Nesse sentido, os projetos de urbanização buscam promover a dignidade e melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem em favelas, garantindo às mesmas o direito de permanecer em seus territórios e, ao mesmo tempo, integrá-las de maneira mais justa aos espaços urbanos.

Um dos principais obstáculos, segundo Silva, Cardoso e Denaldi (2022) é a falta de recursos financeiros e a carência de uma estrutura técnica e normativa que permita a execução eficaz dos projetos de urbanização. Os autores apontam que a dependência de financiamento federal, especialmente por meio de programas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), pode ser tanto uma oportunidade quanto uma limitação, pois nem sempre esse financiamento é suficiente para cobrir a complexidade dos desafios encontrados nas favelas, além das dificuldades estruturais de cada município.

Os autores supramencionados observam que as políticas de urbanização das favelas variam bastante conforme o contexto local. Cada município possui características

próprias, tanto na execução de projetos quanto nos resultados alcançados, o que implica que os sucessos e os fracassos das intervenções estão frequentemente ligados à trajetória histórica de cada cidade no enfrentamento dessa questão. Isso revela que, em algumas localidades, as políticas podem ser mais eficazes, enquanto em outras, as mesmas podem ser limitadas, não conseguindo alcançar os resultados desejados.

Além disso, as autores enfatizam a importância de uma abordagem em rede, que envolve pesquisadores locais no processo de análise das realidades específicas de cada cidade. Essa abordagem colaborativa, que leva em consideração a diversidade de contextos e experiências, pode proporcionar uma análise comparativa mais rica e aprofundada, além de sugerir melhorias nas abordagens institucionais e normativas, permitindo uma atuação mais eficaz no enfrentamento do problema das favelas no Brasil. Dessa forma, Silva, Cardoso e Denaldi (2022) propõem uma reflexão contínua sobre as políticas de urbanização e um aprimoramento das ações governamentais para lidar com as favelas, considerando as particularidades locais e as necessidades da população residente.

O IBGE anunciou em 2023 que, após 50 anos, voltará a utilizar o termo "favelas e comunidades urbanas brasileiras" no Censo, em resposta à demanda dos próprios moradores desses locais. Antes, o IBGE usava expressões como "aglomerados urbanos excepcionais" e "aglomerados subnormais", que não refletiam a realidade e o reconhecimento dessas populações. A mudança visa atender à reivindicação histórica por identidade e visibilidade, uma vez que o termo "favela" carrega uma forte ligação com a luta e o reconhecimento social, enquanto o acréscimo de "comunidades urbanas" abrange a diversidade de denominações locais, como vilas e quebradas. Esse é considerado um passo importante para o reconhecimento da realidade das favelas e comunidades urbanas no Brasil.

A favela pode ser compreendida como um território marcado pela construção de unidades habitacionais de baixo custo por seus próprios usuários, pela resistência e pela maximização das possibilidades econômicas, culturais e sociais por parte das populações de baixa renda. Ainda que apresentem infraestrutura precária, esses espaços representam a afirmação dos pobres no ambiente urbano e evidenciam as desigualdades que estruturam a sociedade brasileira. De acordo com Barbosa e Silva

(2013), a favela constitui uma das mais contundentes expressões das desigualdades urbanas, sendo um elemento que desafia o modelo tradicional de cidade e evidencia a luta pela permanência e pelo direito à cidade.

Periferias

Ramos *et al.* (2023) oferecem uma análise crítica das periferias no Brasil, abordando esses territórios não apenas pela sua localização física afastada dos centros urbanos, mas também pela distância simbólica que os separa dos espaços de poder, frequentemente marcados por desigualdades sociais e exclusão. Os autores propõem uma nova perspectiva, na qual as periferias deixam de ser vistas como meros objetos de estudo e passam a ser reconhecidas como sujeitos ativos, que denunciam as condições de precariedade, violência e pobreza que ainda predominam nessas áreas. As periferias, antes vistas exclusivamente como locais de marginalidade e pobreza, passaram a ser reconhecidas como territórios de resistência, onde se constroem novas identidades e se expressam movimentos culturais e artísticos.

Nesse sentido, Ramos *et al.* (2023) analisam os impactos das políticas públicas dos anos 2000, que favoreceram a inclusão de jovens periféricos nas universidades, permitindo que esses indivíduos ocupassem espaços de produção de conhecimento e expandissem a presença e o reconhecimento da cultura periférica. O conceito de periferia é abordado de forma plural, englobando diferentes movimentos e lutas por reconhecimento e democratização, desde as questões urbanas até as rurais, tradicionais e originárias, refletindo as diversas facetas da luta por uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Vilas Urbanas

Sobre as vilas urbanas, Oliven (1996) analisa como o processo de urbanização desordenada impacta as comunidades rurais, especialmente as vilas, que, ao migrarem para as periferias das grandes cidades, se transformam em zonas urbanas marginalizadas, como favelas. O autor observa que a urbanização não resolve as desigualdades sociais, mas as deslocam para as periferias, onde as vilas mantêm características da vida rural, como a organização social e as relações de vizinhança, enquanto enfrentam desafios como falta de infraestrutura, exclusão social e pobreza.

Na concepção do autor, a transição da vida rural para a urbana é complexa, resultando frequentemente em marginalização e a criação de novos espaços de exclusão nas cidades. Assim, Oliven (1996) destaca que as vilas, tanto rurais quanto urbanas, continuam sendo afetadas pelas dinâmicas de desigualdade e exclusão, refletindo as dificuldades da modernização no Brasil.

O Quadro 9 sintetiza a descrição conceitual dos termos Aglomerados, Comunidades, Favelas, Periferias e Vilas Urbanas.

Quadro 9 - Descrição conceitual dos termos Aglomerados, Comunidades, Favelas, Periferias e Vilas Urbanas.

Termo	Conceito
Aglomerados	Conjunto de habitações precárias, geralmente em encostas ou áreas sem planejamento urbano, que reflete a falta de acesso à habitação digna (Jacobs, 1961).
Vilas Urbanas	Pequenos núcleos urbanos que muitas vezes surgem de forma espontânea e desordenada, com características de urbanização mínima (Oliven, 1996).
Comunidades	Grupos de pessoas que compartilham interesses e valores comuns, vivendo geralmente em uma área geográfica delimitada, com redes de apoio mútuo (Silva, 2015).
Favelas	Assentamentos informais e precários caracterizados pela ausência de infraestrutura básica, resultantes da urbanização rápida e desigual (Silva; Cardoso; Denaldi, 2022).
Periferias	Áreas urbanas distantes do centro da cidade, caracterizadas pela falta de infraestrutura, serviços públicos precários e exclusão social (Ramos *et al.*, 2023).

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

2.3 Breve história das favelas em Belo Horizonte

O planejamento e a transferência da capital de Minas Gerais, de Ouro Preto para Belo Horizonte, no final do século XIX inseriram-se no novo contexto nacional marcado pela chamada "promessa de modernidade". A concepção de um espaço urbano amplo, monumental e organizado era visto como o cenário ideal para consolidar os ideais republicanos. Em conformidade com o que sugere Passos (2016) tratou-se de um projeto ousado e notável para a época, que mostrou a habilidade das elites políticas em criar um ambiente urbano republicano destinado ao poder estadual.

De acordo com Lima (2013), em 12 de dezembro de 1897, foi inaugurada a nova capital mineira, inicialmente denominada Cidade de Minas. Apesar da inauguração, grande parte dos projetos ainda estavam apenas no papel, e as obras continuaram

sob a responsabilidade da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, após a extinção da Comissão Construtora em janeiro de 1898.

Ainda, segundo Lima (2013), o projeto foi desenvolvido com base em rigorosos critérios de análise do solo, de topografia, de hidrografia e de paisagem. O plano urbanístico da nova capital rompeu definitivamente com os modelos coloniais característicos da arquitetura e do urbanismo mineiro. Inspirado em grandes projetos urbanísticos do século XIX — como os de Paris, de Haussmann; Washington D.C., de L'Enfant; e La Plata —, o plano original previa a divisão da cidade em três zonas distintas: urbana, suburbana e rural.

De acordo com Borsagli (2016), a área urbana foi cuidadosamente planejada para concentrar os centros administrativo e comercial, além de abrigar órgãos públicos e bairros residenciais. Suas ruas e avenidas largas eram delimitadas por uma avenida de contorno, destacando princípios de ordem, harmonia, simetria e monumentalidade. Já a zona suburbana apresentava um traçado mais simples, com grandes lotes cortados por ruas estreitas e irregulares, destinados a chácaras, quintas e sítios arborizados. Por sua vez, a área rural deveria funcionar como um cinturão verde, com colônias agrícolas voltadas para o abastecimento da capital. Os primeiros edifícios de Belo Horizonte foram erguidos sob a supervisão da "Comissão Construtora da Nova Capital", cuja equipe, liderada por Aarão Reis, contou com a colaboração de diversos técnicos e artistas contratados ao longo da execução do projeto.

Segundo Oliveira 2012, em seus primeiros anos a aparência urbana de Belo Horizonte refletia a influência direta dos modelos arquitetônicos europeus, principalmente os franceses, que estavam em alta no Brasil no final do século XIX. Seguindo o gosto da época, os prédios públicos mais importantes e as residências particulares de destaque receberam fachadas e interiores ricamente ornamentados, demonstrando sofisticação e refinamento. Um símbolo emblemático dessa postura é o Palácio da Liberdade, principal monumento da cidade. Representando o centro do poder político, o mesmo foi concebido como um ícone republicano, substituindo as referências imperiais e coloniais.

Para Brandão, Luiz e Souza (2019), Belo Horizonte foi planejada com base no modelo higienista francês, que buscava ordenar e "sanear" os espaços urbanos de acordo

com ideais de modernidade e progresso típicos do final do século XIX. Contudo, esse modelo desconsiderou as especificidades sociais e culturais da população local, composta em grande parte por trabalhadores pobres e ex-escravizados, reforçando desigualdades socioespaciais desde a origem da cidade. Embora os autores não utilizem explicitamente o termo "eugenia", os mesmos destacam que o discurso higienista adotado no planejamento urbano se aproxima das concepções eugenistas da época, ao selecionar implicitamente quais grupos sociais eram considerados adequados para ocupar os espaços planejados e quais seriam relegados às margens. Nesse sentido, a Avenida do Contorno atuou como uma "muralha social", confinando a elite no interior do perímetro planejado e excluindo as camadas populares para regiões periféricas carentes de infraestrutura, evidenciando um projeto de cidade hierarquizado e excludente.

Conforme Oliveira (2012), o marco inicial do associativismo coletivo foi a criação da primeira Uniões de Defesa Coletiva (UDC), em 1949, na Vila dos Marmiteiros, quando moradores se mobilizaram contra o despejo promovido pela Companhia Mineira de Terrenos Ltda**.** Esse modelo de mobilização se espalhou por outras comunidades, consolidando um movimento mais amplo de resistência. A atuação da Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH) se deu no contexto democrático (1945-1964), período em que as favelas questionavam a legitimidade do direito de propriedade reivindicado pelo Estado e por particulares.

Ainda, de acordo com Oliveira (2012), o movimento de favelas em Belo Horizonte surgiu como fruto de uma rede articulada de associações civis de moradores, dentro e fora das comunidades, visando à defesa dos direitos coletivos, especialmente o direito à moradia. A articulação ganhou força com a criação da FTFBH, em 1959, que inicialmente reuniu nove associações e, em 1964, já contava com 55 entidades filiadas. Essas associações eram reconhecidas publicamente como UDC, organizações que se formaram com o objetivo principal de se mobilizar para combater despejos e lutar pela permanência dos moradores em áreas consideradas de litígio urbano.

As mobilizações não tinham uma orientação política única e específica, segundo Oliveira (2012), mas mantinham relações com partidos políticos, sindicatos, autoridades públicas, igrejas e instituições laicas que atuavam em áreas pobres. Havia

disputas internas entre grupos com diferentes concepções de militância política, mas o movimento defendia a solidariedade entre as associações e pregava a não-discriminação por credos religiosos ou políticos. Assim, o surgimento dos movimentos de favelas em Belo Horizonte expressou o exercício dos direitos civis e a organização coletiva dos moradores na luta por melhores condições de vida.

De acordo com o Censo Demográfico 2022, divulgado em 8 de novembro de 2024, existem 218 favelas em Belo Horizonte, representando cerca de 33,4% das comunidades de Minas Gerais. As favelas mais populosas são: Cabana do Pai Tomás com população aproximada de 14.704; Conjunto Taquaril com 14.019 habitantes; Alto Vera Cruz com população de 12.408; Vila Vista Alegre com 9.867 habitantes e Nossa Senhora de Fátima com população de 9.461. No papel, os números da infraestrutura são realmente impressionantes, cerca de 98,83% de todas as residências têm acesso à água e 99,56% possuem banheiros privativos - percentuais bem acima da média nacional (Machado, 2024).

2.4 Desafios e Resistência da Comunidade Vila Nova

Segundo Moreira (2018), apesar da consolidação, a comunidade enfrenta desafios jurídicos. Em 2017, após mais de 20 anos de disputas judiciais, uma decisão judicial determinou a reintegração de posse da área alegando que a construtora, supostamente proprietária, havia falido. Em resposta, os moradores organizaram marchas e mobilizações, incluindo uma caminhada até a Cidade Administrativa de Minas Gerais, para reivindicar seus direitos e impedir o despejo.

Além disso, em 2018, uma visita técnica realizada pelo Programa Diálogos Comunitários, em parceria com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e representantes da comunidade, evidenciou a consolidação da ocupação e a necessidade de regularização fundiária para garantir a permanência das famílias no local.

2.5 O espaço urbano e os desafios das Comunidades Carentes

O território urbano é um objeto complexo de entendimento, pois apresenta uma intrincada rede de relações e um dinamismo intenso. Para adentrar no objeto de estudo desta pesquisa, faz-se necessário compreender essa complexidade e delimitar

claramente o seu escopo. Nesse sentido, utilizamos o conceito de Silva (2014b), que ao regionalizar o espaço, permite a compreensão das discrepâncias nas relações urbanas, evidenciando como há várias cidades dentro de uma cidade. O espaço urbano é dinâmico e caracterizado por profundas disparidades sociais e econômicas que se sobrepõem, sendo perceptíveis essas incongruências à primeira vista.

Para compreender o que são esses territórios que estão dentro de territórios urbanos, faz-se necessário retomar o conceito de Comunidades Carentes, que segundo Silva (2014a) podem ser entendidas como:

> As diferentes formas de acesso à moradia na cidade estão relacionadas às contradições espaciais advindas das relações sociais de produção, e expressam conflitos pelo uso e acesso ao solo e à infraestrutura urbana. Por meio de dados censitários, tem-se identificado e caracterizado áreas de moradia popular no país, denominadas por aglomerado subnormal (Silva, 2014a, p. 27).

Assim, compreende-se como o espaço urbano é marcado por incongruências sociais, evidenciando que o acesso às necessidades básicas dos seres humanos ainda não é garantido para todas as pessoas que habitam o meio urbano. É relevante, a partir desse ponto, entender que essa questão possui uma raiz histórica e não é meramente uma condição atemporal; há uma historicidade associada a esse fenômeno.

Nesse mesmo sentido, na obra Casa-Grande Senzala (1963, p. 338-379), do autor Gilberto Freyre, “as favelas são um fenômeno social complexo, que resulta da interação de diversos fatores, como a desigualdade social, a pobreza, a migração rural-urbana e a falta de moradia”. O Brasil é um país que, desde o princípio, nas suas grandes cidades, testemunhou diversas movimentações e limpezas do centro urbano, resultando no deslocamento da população mais pobre para as áreas periféricas, como morros e locais geograficamente menos privilegiados.

Por conseguinte, o espaço das comunidades carentes é historicamente negligenciado pelas políticas públicas, marcado por questões sociais e econômicas evidentes. É um ambiente onde a população enfrenta dificuldades para ter acesso a necessidades básicas como saúde, educação e saneamento.

2.6 Inclusão Digital

De acordo com Miller e Slater (2000), a introdução de soluções tecnológicas em

comunidades carentes deve ser acompanhada de uma atenção cuidadosa às condições culturais e sociais. Os autores ressaltam a importância de estratégias que não apenas garantam o acesso à tecnologia, mas também considerem a maneira como as tecnologias são apropriadas e utilizadas nas práticas cotidianas. Isso inclui adaptar os programas de capacitação digital para se alinhar com as realidades e necessidades específicas de cada comunidade.

Nessa mesma perspectiva, Katz e Aakhus (2002) discutem o conceito de inclusão digital, que é fundamental para promover uma participação equitativa na sociedade da informação. Os autores identificam três eixos principais para a inclusão digital: garantir o acesso às TDIC, promover a criação de conteúdos relevantes e capacitar tanto a população quanto os profissionais envolvidos, incluindo educadores e formadores. Para Katz e Aakhus (2002), a inclusão digital transcende o simples fornecimento de equipamentos e acesso à internet; ela envolve a criação de um ambiente de aprendizado contínuo e suporte que permita o uso eficaz e sustentável das tecnologias.

No entanto, Gordon e Miller (2015) observam que, apesar dos avanços nas políticas e práticas de inclusão digital, ainda existem lacunas significativas que precisam ser abordadas para uma compreensão mais completa da integração das TDIC em comunidades carentes. Os autores identificam que muitos dos desafios enfrentados na implementação dessas tecnologias não são suficientemente abordados de forma abrangente. A análise de Gordon e Miller (2015) sugere a necessidade de desenvolver soluções inovadoras e identificar boas práticas que possam superar esses obstáculos e promover uma integração mais efetiva das tecnologias digitais nas comunidades carentes.

Portanto, a integração das TDIC em comunidades carentes deve considerar não apenas o acesso e a capacitação digital, como ressaltado por Miller e Slater (2000), e os eixos de inclusão digital destacados por Katz e Aakhus (2002), mas também a necessidade de abordar as lacunas e desafios identificados por Gordon e Miller (2015). Uma abordagem adaptada às especificidades locais é essencial para garantir que as tecnologias digitais proporcionam benefícios reais e duradouros, superando as barreiras e promovendo a inclusão efetiva.

2.7 As TDIC e as Comunidades Carentes

Para Moran (2010) as TDIC são um conjunto de ferramentas e recursos tecnológicos que favorecem a criação, o armazenamento, o gerenciamento e o compartilhamento de informações digitais, bem como a construção do conhecimento.

Por sua vez Giacometti-Rocha (2015) entende as TDIC como sendo um conjunto de ferramentas e recursos tecnológicos que permitem a criação, o armazenamento, o processamento e transmissão de informação de forma digital. Essas tecnologias incluem computadores, *smartphones*, internet, redes sociais, aplicativos, dentre outros.

A integração das TDIC em comunidades carentes requer uma compreensão aprofundada das condições sociais e culturais locais. Segundo Moran (2013), o sucesso nessa integração depende da adaptação das tecnologias às realidades e necessidades específicas das comunidades carentes. O autor ressalta que a eficácia das TDIC vai além da mera disponibilização de equipamentos, exigindo um alinhamento cuidadoso com as práticas e contextos locais.

Moran (2013) destaca que a inserção das TDIC deve ser acompanhada por um planejamento que considere as condições socioeconômicas e culturais dos indivíduos. Para que as tecnologias digitais sejam efetivamente integradas é fundamental proporcionar capacitação adequada e suporte contínuo, que inclua tanto o treinamento técnico quanto o desenvolvimento de estratégias que promovam a apropriação significativa das ferramentas digitais. Assim, a abordagem de Moran (2013) evidencia a importância de um planejamento estratégico que combine aspectos técnicos com a contextualização cultural. A integração das TDIC deve ser cuidadosamente alinhada às realidades locais para garantir que possam efetivamente contribuir para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida nas comunidades carentes.

Ainda nesse contexto, conforme Castells (2003), a revolução das tecnologias digitais não é meramente uma mudança técnica, mas um processo de transformação social e econômica. O autor argumenta que as TDIC têm o potencial de redesenhar a estrutura das sociedades ao modificar relações sociais, econômicas e culturais, desde que sejam adaptadas às condições locais. O autor também ressalta que a verdadeira

inovação ocorre quando essas tecnologias são integradas de maneira que respeite e se adeque ao contexto cultural e às necessidades específicas das comunidades.

Essa perspectiva está em sintonia com a abordagem de Moran (2013), ao sinalizar que a integração das TDIC em comunidades carentes requer uma compreensão das condições sociais e culturais locais. Moran (2013) afirma que as tecnologias vão além da simples disponibilização de equipamentos; e que é necessário um planejamento estratégico que considere as condições socioeconômicas e culturais dos indivíduos. Assim, o entendimento de Castells (2003) sobre a adaptação das tecnologias ao contexto social e a ênfase de Moran (2013) na importância de um planejamento estratégico e na contextualização cultural se complementam. Ambas as abordagens reforçam que a integração das TDIC deve ser feita de maneira cuidadosa e adaptada à realidade local para garantir que possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida nas comunidades carentes.

Em suma, Moran (2013) e Castells (2010) reconhecem que as TDIC têm o potencial de redesenhar a estrutura das sociedades ao modificar as relações sociais, econômicas e culturais, entretanto, para que essas tecnologias sejam integradas nas comunidades carentes é necessária uma compreensão das condições sociais e culturais locais, bem como um planejamento estratégico que possam garantir que esses recursos contribuem efetivamente para o desenvolvimento e a melhoria da comunidade.

No cenário educacional, Moran (2010) observa uma tendência acelerada de flexibilização progressiva e acentuada de cursos, de tempos e espaços educativos, bem como das formas de gestão, interação, uso de tecnologias e avaliação. Nesse contexto, recursos personalizados e colaborativos tendem a substituir os modelos tradicionais de aprendizagem. A interação entre estudantes e professores ocorrerá de forma híbrida, combinando momentos presenciais e, de maneira cada vez mais ampla, ambientes virtuais. E o autor complementa: ”O que faz a diferença no avanço dos países é a qualificação das pessoas, para encontrarmos na educação novos caminhos de integração do humano e do tecnológico (Moran, 2010, p. 169)”.

2.8 As modalidades de trabalho no Brasil

O mundo do trabalho apresenta uma diversidade nas modalidades de ocupação. As

categorias de trabalhadores utilizadas pelo IBGE são: o informal, o autônomo, o microempreendedor individual (MEI) e o profissional liberal também conhecido por conta própria. Segundo Campos (2025), o trabalho informal abrange as ocupações sem proteção ou registro formal, incluindo: empregados do setor privado sem carteira assinada; empregados domésticos sem carteira assinada; empregadores sem CNPJ; trabalhadores por conta própria sem CNPJ.

Já a modalidade trabalhador “autônomo”, de acordo com o IBGE, costuma aparecer como trabalhador por conta própria, ou seja, é uma pessoa que exerce atividade por conta própria, sem vínculo de subordinação a empregadores e sem empregados. Pode ou não ser formalizado (com CNPJ ou inscrição como contribuinte individual no INSS). Desse modo, “um autônomo pode ser formal ou informal; ‘informal’ não é sinônimo de ‘autônomo’, mas muitos autônomos acabam compondo o grupo dos informais quando atuam sem registro” (Campos, 2025).

A Recomendação nº 204 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) considera informal o trabalhador que exerce atividade subordinada, remunerada, pessoal e contínua, sem vínculo empregatício reconhecido, seja pela ausência de registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou seja pela fraude em outra modalidade de contratação. Já o trabalho formal garante ao empregado benefícios trabalhistas e previdenciários, como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), férias, seguro-desemprego, 13º salário, abono salarial, auxílios em casos de doença ou acidente, salário-maternidade, salário-família e aposentadoria, além de facilitar a comprovação de renda e experiência profissional por meio da assinatura da CTPS (Brasil, 2023).

2.8.1 O crescimento do trabalho informal

Conforme o relatório elaborado pelo IBGE, com base na PNAD Contínua (2012–2020), o mercado de trabalho brasileiro sofreu impactos significativos causados pela pandemia de COVID-19 em 2020. No entanto, o cenário de 2021 apontou sinais de recuperação, ainda que insuficientes para retomar os patamares anteriores à crise sanitária. Nesse ano, houve um crescimento de 5,0% da população ocupada, ou seja, um acréscimo de 4,3 milhões de pessoas, o que elevou o nível de ocupação de 51,2% em 2020 para 53,2% em 2021. A taxa de desocupação também apresentou recuo,

encerrando o ano com média de 13,2%. Paralelamente, a população fora da força de trabalho teve uma redução de 4,0%, o que representa 2,8 milhões de pessoas a menos nessa condição.

A expansão da ocupação em 2021, em comparação com 2020, foi registrada em diversos setores da economia, com destaque para o comércio, a construção civil e os segmentos de informação, comunicação, atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas. Além disso, houve aumento do emprego informal, cujo número de trabalhadores cresceu 9,9% no período. Enquanto em 2020 o total de informais era de 33,3 milhões de pessoas, esse número subiu para 36,6 milhões em 2021. Como resultado, a taxa de informalidade passou de 38,3% para 40,1% (IBGE, 2012-2020, p. 3).

De acordo com o IBGE (2025), no segundo trimestre de 2025 a taxa de informalidade foi de 37,8%, o que corresponde a 38,7 milhões de trabalhadores informais. Esse índice foi inferior ao verificado tanto no trimestre anterior (38,0%), quanto no mesmo trimestre de 2024 (38,7%). Entretanto, a taxa de informalidade registrada de abril a junho de 2025 ainda é maior do que o mesmo trimestre de 2020 (36,6%).

A baixa escolaridade também se apresenta como um fator determinante: segundo Veloso, Barbosa Filho e Peruchetti (2022), a melhoria no nível educacional dos trabalhadores tem impacto direto na redução da informalidade, observa-se que grande parte dos trabalhadores que abandonam os estudos recorrem a trabalhos informais para garantir sua subsistência e de seus familiares.

2.9 Inclusão Digital nas Comunidades Carentes de Belo Horizonte

Conforme informações disponibilizadas pela Prodabel, o projeto Inclusão Digital vem sendo desenvolvido em três pilares básicos: conectividade, dispositivos e capacitação (PMBH, 2025). Além de telecentros de informática gratuita.

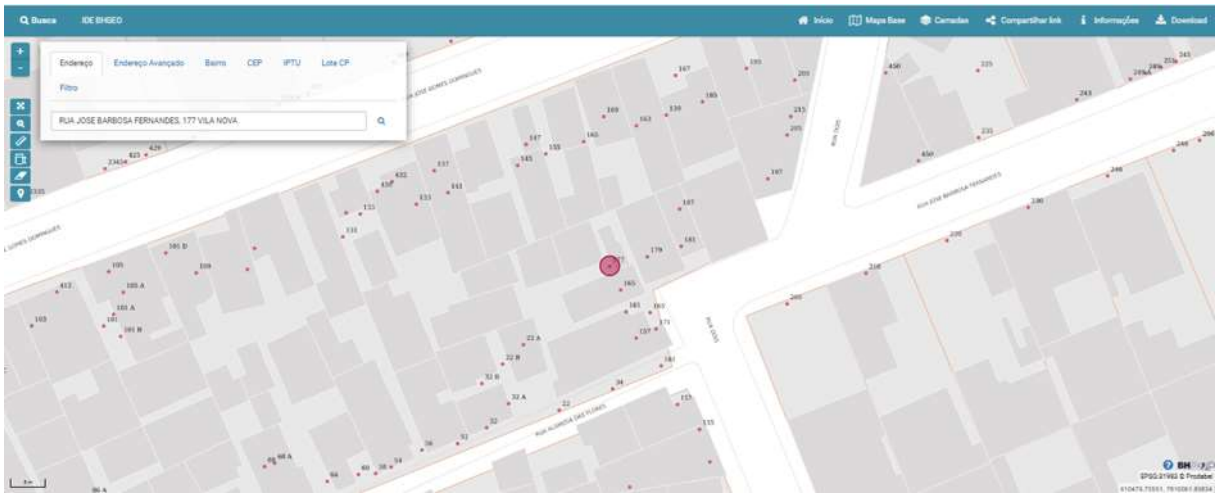
Conectividade

O pilar conectividade tem por objetivo disponibilizar conexão às pessoas consideradas digitalmente excluídas, fornecendo acesso gratuito à internet com sinal *wi-fi* mantido pela PMBH. Desde 2018, por iniciativa PMBH por meio do projeto Vila + Conectada, era previsto a instalação de mais de 2.000 pontos de acesso. Entretanto, durante a

pandemia de COVID-19, essa meta foi superada, pois o acesso à internet se tornou essencial para garantir a continuidade das atividades escolares, o acesso a serviços públicos, informações de saúde e oportunidades de trabalho remoto. Ao todo foram implantados 4.900 pontos ativos de internet e mais de 4,7 milhões de usuários cadastrados em 220 Comunidades Carentes. A ampliação da conectividade foi, portanto, fundamental para mitigar os efeitos sociais da pandemia, especialmente nas áreas mais carentes da cidade. No *site* da PMBH é possível visualizar todos os pontos de internet[5].

A Figura 1 mostra o mapa com o ponto de acesso à internet na Comunidade Vila Nova.

Figura 1 - Ponto de acesso à internet na Comunidade Vila Nova



Fonte: PMBH (2025).

A Figura 1 mostra a localização do ponto de acesso à internet instalado na Comunidade Vila Nova pela PMBH no ano de 2020. A instalação deste ponto ocorreu no período da pandemia, o que favoreceu os moradores da comunidade em um período de grande isolamento social o que foi fundamental no enfrentamento das dificuldades impostas pela crise sanitária.

A localização, conforme exibida no mapa, sugere uma escolha estratégica, possivelmente próxima a equipamentos públicos ou áreas de grande circulação de

[5] Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/manutencao-de-wi-fi-gratuito-vai-afetar-vilas-e-favelas-nesta-segunda-feira-18

moradores, permitindo o uso coletivo e ampliando o alcance da conectividade.

Durante a pandemia, o acesso à internet tornou-se ainda mais essencial para garantir a continuidade de atividades básicas como a educação, o trabalho remoto, o acesso a serviços de saúde e a comunicação com órgãos públicos. Nesse sentido, a implantação do ponto de internet na comunidade representou uma medida emergencial de inclusão digital, especialmente importante em áreas vulneráveis.

Dispositivos

Para dar continuidade ao projeto Inclusão Digital, a PMBH garante também a disponibilização de equipamentos eletrônicos novos ou recondicionados à população carente. Para isso, a Prodabel, por meio do seu Centro de Recondicionamento de Computadores (CRC)[6], realiza o recondicionamento de equipamentos substituídos da própria prefeitura ou recebidos por meio de doação, colocando-os em condição de pleno funcionamento. O CRC também é responsável pela instalação e manutenção dos Pontos de Inclusão Digital com espaços de acesso gratuito a computadores ligados à internet (PMBH, 2025).

Até janeiro de 2025, mais de 1.800 dispositivos já haviam sido doados para os indivíduos e cerca de 2.700 para organizações com foco social, além de alugar mais de 50.000 dispositivos e disponibilizá-los para estudantes em escolas municipais (PMBH, s.d.).

Capacitação

A PMBH, por meio da Prodabel, garante ao cidadão diversos cursos gratuitos (*online* e presenciais). Até o final de 2025 serão ofertadas mais de 12.000 vagas em cursos de tecnologia, empreendedorismo digital, gestão ambiental de resíduos eletroeletrônicos e oficinas itinerantes de inclusão digital na Unidade Móvel de Inclusão Digital. Até janeiro de 2025, mais de 18.000 certificados foram emitidos (PMBH, 2025).

Ainda, a PMBH disponibiliza a unidade móvel de inclusão. Uma carreta equipada com

[6] Para doar um equipamento, entre em contato pelo *WhatsApp* (31) 98888-3238 ou pelo *e-mail*: inclusaodigital@pbh.gov.br. Se preferir, compareça na Unidade de Inclusão Digital da Prodabel, localizada na rua José Clemente Pereira, 440 – bairro Ipiranga em Belo Horizonte.

duas salas de aula, cada sala conta com 10 computadores conectados à internet e impressoras. A Unidade circula nos bairros de Belo Horizonte para ofertar cursos de informática, oficinas e disponibilizar acesso à internet aos moradores (PMBH, 2025). A unidade móvel promove oficinas de informática básica, robótica e pilotagem de drones, além de oficinas de Pensamento Computacional para crianças de escolas municipais.

Telecentros - centros de informática gratuita

Atualmente, Belo Horizonte possui 145 telecentros, espaços com acesso gratuito a computadores ligados à internet e com entrada livre da população. São quase 1.500 computadores disponíveis, esses equipamentos são mantidos atualizados pela Prodabel (PMBH, 2025). Esses espaços possuem de 10 a 20 computadores e podem ser utilizados pelos cidadãos para realizarem atividades cotidianas como envio de e-*mails*, pagamento de contas, emissão de 2ª via de documentos. Além disso, oferecem oportunidade para a realização de cursos de tecnologia gratuitos via ambiente de Ensino a Distância (EaD)[7] e, uma parceria formada com o CEFET-MG, oferece cursos de programação para mulheres, atendendo às que já passaram pelo curso básico e queiram dar continuidade aos conhecimentos em tecnologia (PMBH, 2025).

Os Pontos de Inclusão Digital estão implantados em diversos locais como: Bibliotecas, Órgãos da Prefeitura, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros Culturais de Belo Horizonte, Organizações da Sociedade Civil (OSC), entre outros[8].

Outra ação importante da PMBH em parceria com a Prodabel é o Programa de Inclusão Digital que busca incluir de maneira ampla a população de Belo Horizonte, priorizando os cidadãos residentes nas 220 Comunidades Carentes. Para garantir que as tecnologias cheguem a essas áreas, estão sendo feitas ações para disponibilizar acesso gratuito à internet, doações de dispositivos tecnológicos e cursos de conhecimentos básicos para utilizá-los.

Apesar dos investimentos e esforços da PMBH no sentido de promover a inclusão

[7] Para mais informações sobre os cursos EaD ofertados pela PBH acesse o *link*: https://ead.pbh.gov.br/
[8]Para encontrar um Ponto de Inclusão Digital próximo de sua casa acesse o *link*: https://bhmap.pbh.gov.br/v2/mapa/idebhgeo#zoom=2&lat=7797161.73996&lon=611886.38008&baselayer=base&layers=ponto_inclusao_digital

digital desde 2021, com o projeto “Vila + Conectada”, percebe-se que na Comunidade Vila Nova, onde esta pesquisa foi realizada, essa realidade ainda está aquém do desejado.

3 - METODOLOGIA

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica com fins exploratórios e descritivos, caracterizando-se como estudo de caso. A escolha metodológica permitiu captar as percepções e experiências dos moradores da comunidade carente do bairro Jaqueline, localizada em Belo Horizonte, a fim de compreender como eles utilizam as TDIC em sua vida cotidiana.

De acordo com Minayo (2010), a abordagem qualitativa é caracterizada pelo estudo em profundidade de um número reduzido de casos, com o objetivo de compreender as complexidades das situações investigadas. A abordagem qualitativa neste estudo identifica-se com o método de pesquisa estudo de caso aqui proposto, cujo objetivo foi compreender em profundidade as experiências dos moradores da comunidade carente do bairro Jaqueline relacionadas ao uso das TDIC no cotidiano e seus principais desafios. Conforme Yin (2015, p. 16-19), o estudo caso, como uma investigação empírica, busca examinar um fenômeno contemporâneo (o “caso”) em profundidade e em seu contexto real, utilizando-se de múltiplas fontes de evidências, dados e proposições teóricas para orientar a coleta e análise de dados.

3.1 Procedimentos Metodológicos

Para compreender como os moradores da comunidade carente do bairro Jaqueline utilizam as TDIC em sua vida cotidiana optou-se pela realização de uma pesquisa de campo. A coleta de dados foi realizada mediante a aplicação de um questionário semiestruturado com perguntas de múltipla escolha em formato impresso cuja finalidade foi coletar informações sobre acesso e uso das TDIC pelos moradores da comunidade, conforme Creswell (2018).

3.1.1 Coleta de Dados

Segundo Gil (2019), o questionário é uma técnica eficiente para coletar informações sobre opiniões, atitudes e comportamentos, sendo amplamente utilizado em pesquisas descritivas e exploratórias. Ele proporciona ao pesquisador a possibilidade de alcançar um número significativo de respondentes, o que é especialmente útil em contextos onde se pretende traçar um panorama amplo sobre um fenômeno, como o uso das TDIC em comunidades carentes.

O questionário foi validado por quatro voluntários não pertencentes ao universo pesquisado, mas com características semelhantes ao grupo de participantes da pesquisa, sendo dois voluntários do sexo feminino e dois voluntários do sexo masculino maiores de 18 anos com o mesmo perfil dos participantes da pesquisa, mas que não tinham relação com a mesma. Solicitou-se aos voluntários que informassem, o tempo gasto para o preenchimento do questionário e sugestões/observações para melhoria nas questões. O tempo médio para responder o questionário foi de aproximadamente 20 minutos e as sugestões/observações para melhoria foram acatadas. O questionário da pesquisa contou com 18 questões semiestruturadas sendo subdivididas em cinco categorias conforme detalhadas abaixo:

Categoria 1 – Perfil do participante;
Categoria 2 – Acesso e uso das TDIC;
Categoria 3 – Percepção dos impactos das TDIC;
Categoria 4 – Desafios no uso das TDIC; e
Categoria 5 - TDIC e Desenvolvimento Pessoal e Comunitário.

3.2 Participantes da Pesquisa

A Comunidade Vila Nova, objeto de estudo desta pesquisa, está localizada na região Norte de Belo Horizonte no bairro Jaqueline, o acesso à comunidade ocorre pela Rua José Barbosa Fernandes, 177, próximo ao Cemitério da Consolação. Essa comunidade conta com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT/MG), do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)[9] e da Associação Comunitária do Bairro Jaqueline.

A Comunidade Vila Nova, em seus 30 anos de luta, com mais de 450 famílias é considerada uma Comunidade totalmente consolidada, com rede de água, saneamento, energia, coleta de lixo, Código de Endereçamento Postal (CEP), entregas de correios e comunidade religiosa (Moreira, 2018).

A ocupação da Comunidade Vila Nova teve início na década de 1990, quando um grupo de famílias se estabeleceu em uma área considerada improdutiva. Desde então,

[9] O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) é um movimento social nacional que luta pela reforma urbana e pelo direito humano de morar dignamente. Disponível em: https://www.mlbbrasil.org/

com o apoio de movimentos sociais como a CPT/MG, o MLB e a Associação Comunitária do Bairro Jaqueline, a comunidade tem se consolidado como um bairro urbano, com infraestrutura básica e serviços essenciais.

A pesquisa contou com a participação de 20 voluntários residentes na Comunidade Vila Nova. A seleção dos participantes respeitou a diversidade de gênero, sendo os homens identificados como Participante Masculino (PM) seguindo de um número, PM1, PM2, … e as mulheres identificadas como Participante Feminina (PF) seguindo de um número PF1, PF2, …. A pesquisa foi conduzida de forma presencial e seguiu um cronograma definido para garantir organização e respeito à disponibilidade dos envolvidos.

3.3 Aspectos Éticos da Pesquisa

Em consonância com as orientações do protocolo do Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica do CEFET-MG (PPGET), o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisas com seres humanos (CEP) do CEFET-MG, órgão colegiado vinculado ao Conep. O projeto foi aprovado na data de 31 de março de 2025 e registrado sob o CAAE: 85544524.5.0000.8507. Somente após o parecer ético favorável emitido por tal comissão a pesquisa foi iniciada. A coleta de dados ocorreu no período de 4 de abril a 10 de maio de 2025, em horários previamente agendados, de forma individual.

As garantias éticas, aos participantes da pesquisa, foram asseguradas por meio de um conjunto de princípios fundamentais, conforme as diretrizes éticas estabelecidas para pesquisas com seres humanos. Assegurando o cumprimento das diretrizes éticas, todos os participantes foram devidamente informados sobre os objetivos do estudo, os procedimentos a serem realizados e a natureza voluntária de sua participação. Essas garantias foram formalizadas por meio da assinatura do TCLE, que reforçou o compromisso com a transparência, a privacidade e o respeito aos direitos dos indivíduos. A pesquisa buscou manter, em todas as etapas, um rigor ético e metodológico, garantindo a confiabilidade dos dados e a integridade do processo.

3.4 Critérios de inclusão e exclusão

Os critérios de inclusão e exclusão dos participantes da pesquisa foram

estabelecidos para garantir a relevância e a representatividade da amostra. Foram incluídos os moradores da Comunidade Vila Nova maiores de 18 anos, residentes na comunidade há pelo menos um ano, uso regular de Tecnologias da Informação e Comunicação (TDIC), como *smartphones*, computadores ou *tablets*, e participação em atividades comunitárias. Foram excluídos aqueles que não utilizam as TDIC regularmente, ou que estivessem residindo na comunidade há menos de um ano, ou não participassem em atividades comunitárias. Esses critérios visam garantir que os participantes tenham experiência significativa com as tecnologias, o que contribuirá para uma análise contextualizada das dinâmicas de uso das TDIC na comunidade.

3.5 Riscos e benefícios envolvidos na execução da pesquisa

Os riscos envolvidos na execução da pesquisa são considerados mínimos e estão relacionados principalmente à privacidade dos participantes. O consentimento informado foi obtido previamente, garantindo que os participantes estivessem cientes de seus direitos e da finalidade da pesquisa. Além disso, o questionário foi conduzido em um ambiente que garantiu o conforto e a privacidade dos participantes. A participação na pesquisa não previa benefícios diretos, entretanto, poderá contribuir de forma indireta para uma melhor compreensão do uso das TDIC na comunidade, o que pode contribuir para o desenvolvimento de políticas de inclusão digital e aprimoramento das práticas comunitárias.

3.6 Análise dos dados

A análise dos dados coletados foi realizada conforme a análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), considerado um método empírico de investigação feito por meio de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa com finalidade de construir categorias, compreender e interpretar dados de uma pesquisa retornando ao referencial teórico para embasar as análises e dar sentido à interpretação.

O método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2016) estrutura-se em três etapas principais: 1) pré-análise; 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Na fase de pré-análise, foi realizada a leitura inicial, a organização, a categorização e a tabulação dos dados coletados. A etapa de exploração envolveu a distribuição das informações dentro das categorias

previamente definidas, estabelecendo relações entre as mesmas. Por fim, o tratamento dos dados possibilitou a elaboração de quadros e gráficos que sintetizam e destacam as informações fornecidas pelos participantes da pesquisa, servindo como base para interpretações e inferências.

4 - ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

Categoria 1 – Perfil do participante

A Categoria 1 foi composta por cinco questões relativas ao gênero, faixa etária, nível de escolaridade, situação profissional e tempo de residência na comunidade.

Gênero

Dos 20 participantes, 17 são do gênero Feminino e 3 do gênero Masculino.

Faixa etária

O Quadro 10 apresenta os dados da distribuição por faixa etária dos participantes.

Quadro 10 - Faixa etária (anos)

de 18 a 25	de 26 a 35	de 36 a 45	de 46 a 55	de 56 a 65	Acima de 65
1	2	8	5	1	3

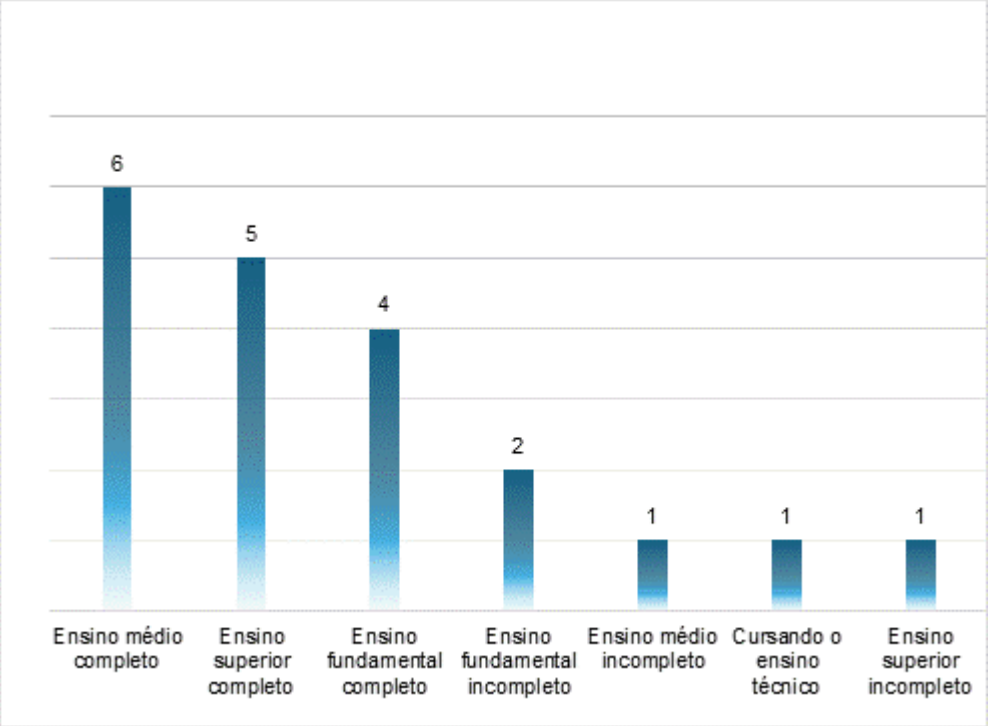
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

De acordo com os dados apresentados no Quadro 10, dos 20 participantes, um encontra-se na faixa etária de 18 a 25 anos, dois de 26 a 35 anos, oito de 36 a 45 anos, cinco de 46 a 55 anos, um de 56 a 65 anos e três acima de 65 anos.

Nível de Escolaridade

O Gráfico 1 mostra o nível de escolaridade dos participantes.

Gráfico 1- Nível de escolaridade



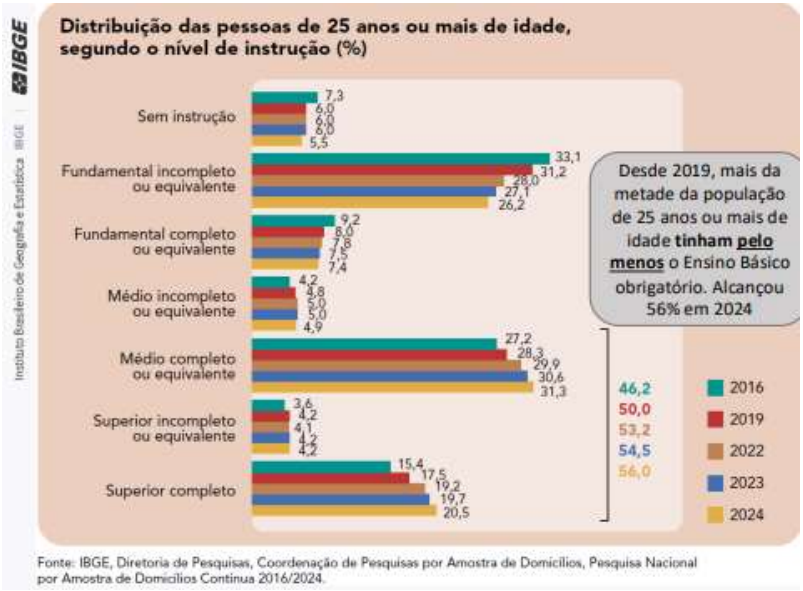
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Quanto ao nível de escolaridade, os dados do Gráfico 1 apontam que seis possuem o ensino médio completo (PF3, PF12, PF13, PF17, PM5, PM6), cinco possuem o ensino superior completo (PF4, PF7, PF14, PF19, PF20), quatro possuem ensino fundamental completo (PF9, PF10, PF11, PM2), dois possuem ensino fundamental incompleto (PF16, PF18), um possui o ensino médio incompleto (PF15), um participante cursa o ensino técnico (PF8) (já tem ensino médio) e um possui o ensino superior incompleto (PF1).

Os dados da pesquisa indicam que ainda há desigualdades significativas no nível de escolaridade na comunidade Vila Nova. Entretanto, percebe-se que a maioria dos participantes possui ensino médio completo e ensino superior completo. Esses dados corroboram com as estatísticas apresentadas pelos resultados preliminares da Amostra IBGE - Censo Demográfico 2022. De acordo com dados do IBGE, de 2000 a 2022, a educação no Brasil apresentou avanços significativos, especialmente entre a população com 25 anos ou mais. A proporção de pessoas com nível superior completo cresceu de 6,8% para 18,4%, um aumento de 2,7 vezes. Em contrapartida, o percentual de pessoas sem instrução ou que não concluíram o ensino fundamental caiu de 63,2% para 35,2% (Brasil, 2025).

Os resultados da PNAD – Educação 2024 também mostram que a proporção de pessoas com nível superior completo continuou subindo em 2024, passando de 19,7% em 2023 para 20,5%, em 2024, seu nível mais alto da série histórica (IBGE, 2025). A Figura 2 mostra o crescimento segundo o nível de instrução.

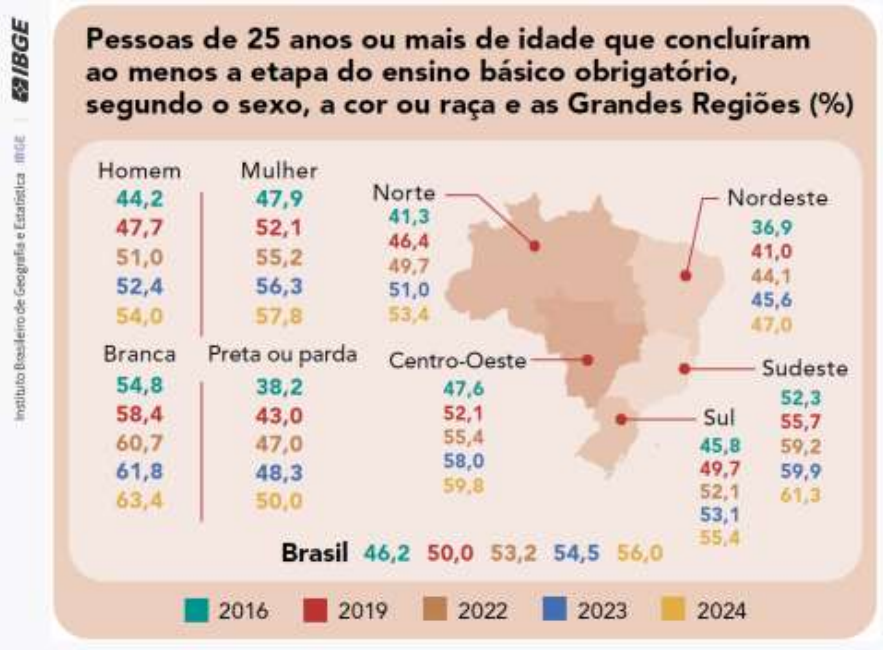
Figura 2 - Distribuição de pessoas com 25 anos ou mais de idade, segundo o nível de instrução



Fonte: IBGE (2025).

Nota-se, ainda, pelos dados obtidos na pesquisa, que dos seis participantes que concluíram o ensino médio, quatro são mulheres e dos cinco que concluíram o ensino superior, todas são mulheres. Esses dados estão em consonância com os resultados da PNAD – Educação 2024 (Brasil, 2025) que mostram o avanço de pessoas de 25 anos ou mais que concluíram o ensino básico obrigatório em 2024, segundo o sexo e as grandes regiões (Figura 3).

Figura 3 - Pessoas de 25 anos ou mais que concluíram o ensino básico obrigatório, segundo o sexo, a cor ou raça e grandes regiões (%)



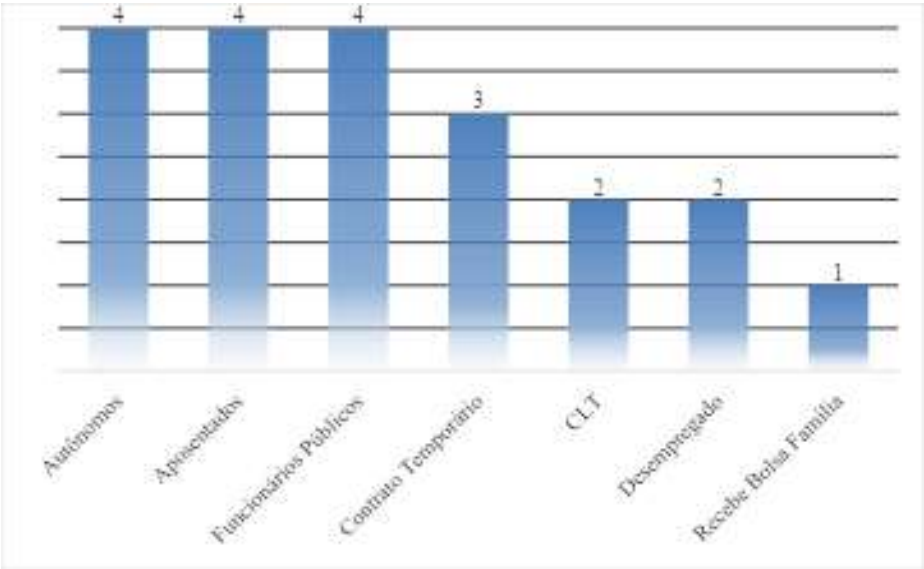
Fonte: IBGE (2025).

Conforme apresentado na Figura 2, os indicadores educacionais do IBGE de 2016 a 2024 mostram a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que terminaram a educação básica obrigatória no país (pelo menos o ensino médio), chegando a 56,0% em 2024, maior percentual da série iniciada em 2016 (46,2%). Os indicadores também evidenciam o crescimento do percentual de mulheres que concluíram o ensino básico obrigatório (57,8%) em relação aos homens (54%) em 2024. A região sudeste apresentou o maior índice entre as quatro grandes regiões brasileiras.

Situação profissional

O Gráfico 2 representa a situação profissional dos participantes.

Gráfico 2 - Situação Profissional



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

De acordo com os dados do Gráfico 2, quatro participantes declararam que trabalham como autônomos (PM6, PF11, PF15, PF8), quatro, são aposentados (PF10, PF18 PM5, PF10), quatro funcionários públicos (PF20, PF4, PF14, PF19), três trabalham por contrato (PF1, PF3, PF7), e dois trabalham com CLT (PF12, PF13). Três trabalhadores encontram-se fora do mercado de trabalho, sendo dois desempregados e um beneficiário de bolsa família (PF17, PM2, PF9). Os dados desta pesquisa estão em consonância com os dados do IBGE (2025) sobre o crescimento de trabalhadores informais autônomos ou sem carteira assinada, principalmente após a pandemia de Covid 19.

Os dados referentes à situação profissional dos participantes desta pesquisa evidenciam um cenário que se alinha às desigualdades estruturais historicamente presentes no mercado de trabalho brasileiro. Observa-se que grande parte dos respondentes se encontra inserida em ocupações de menor estabilidade, como trabalho autônomo, contratos temporários, atividades informais ou mesmo dependência de benefícios sociais, como aposentadoria e programas de transferência de renda.

Essa configuração dialoga diretamente com a análise realizada pelo IPEA (2021) que destaca que as desigualdades no mercado de trabalho, amplificadas pela pandemia

e por fatores estruturais, atingem de maneira mais intensa indivíduos residentes em territórios populares, onde a informalidade, o subemprego e a dificuldade de acesso a oportunidades formais de trabalho se tornam elementos persistentes.

Assim, os resultados observados na comunidade Vila Nova refletem a realidade local confirmando as tendências nacionais que evidenciam como o nível de escolaridade, vulnerabilidade social e inserção profissional estão profundamente interligadas no Brasil. Segundo Veloso, Barbosa Filho e Peruchetti (2022), elevar o nível educacional dos trabalhadores tende a reduzir a informalidade, já que o abandono escolar leva muitos trabalhadores a recorrer ao trabalho informal para sua subsistência e de suas famílias.

Além disso, pandemia de COVID-19 em 2020 resultou no aumento da taxa de informalidade no Brasil, impactando ainda nas taxas do segundo trimestre de 2025. Ressalta-se que os participantes que se declararam autônomos nesta pesquisa podem ser formais ou informais.

Tempo de residência na comunidade

Quanto ao tempo de residência na comunidade, os dados indicam que 15 participantes vivem no local há mais de 15 anos, três há menos de 15 anos e dois há menos de 10 anos.

Categoria 2 - Acesso e uso das TDIC

A Categoria 2 foi composta por seis questões relacionadas ao acesso, forma de aquisição e tipo de internet, dispositivos utilizados para acessar, frequência de uso e a finalidade do uso da internet.

Em relação à forma de acesso, todos afirmaram que pagam pelo uso da internet, sendo que, quando possível, utilizam *wi-fi* de acesso gratuito fornecido pela PMBH.

Conforme as respostas dos participantes da pesquisa, fica evidente que a Internet gratuita fornecida pela PBH não chega à casa dos moradores com qualidade, por causa desse fato, os participantes declararam que contratam pacotes de telefonia móvel.

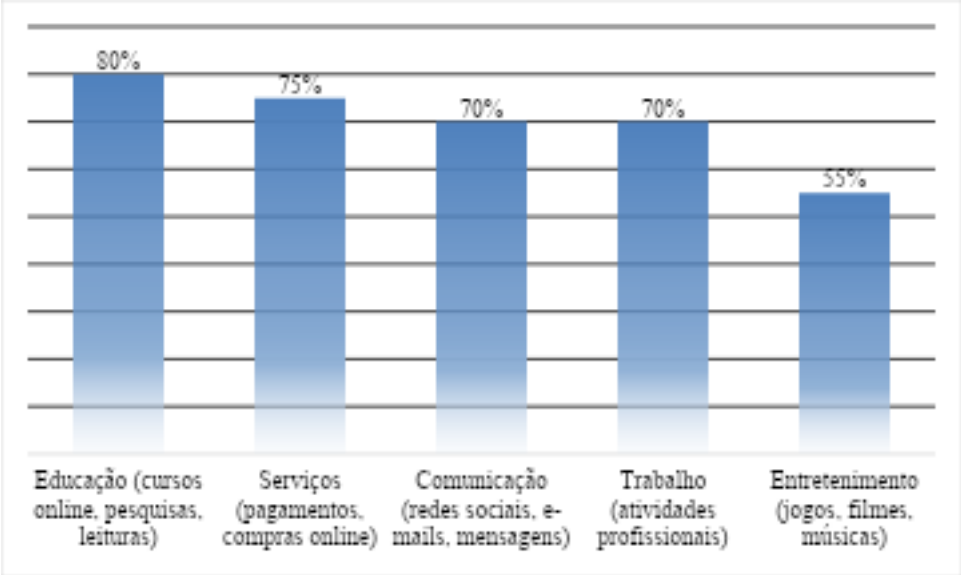
Sobre possuírem ou não acesso à internet, todos os 20 participantes afirmaram que sim, possuem acesso à internet. Sobre o tipo de acesso, os 20 possuem acesso via banda larga e nove possuem acesso por telefonia móvel.

Quanto ao dispositivo utilizado para acessar a internet, os 20 participantes da pesquisa afirmaram que acessam a internet via *smartphone*, 11 acessam via computador e dois acessam via *tablet*. Sobre a finalidade de uso da internet, todos os participantes afirmaram que utilizam diariamente.

Percebe-se, que apesar de todos os participantes possuírem seus próprios dispositivos para comunicação (*smartphones*, computador e *Tablet*), os mesmos ainda precisam dispor de recursos financeiros para terem acesso à internet. Outro fato apresentado é que todos os participantes declararam que utilizam a internet diariamente, essa realidade mostra ser condizente com as necessidades comunicacionais do século XXI. Diante desse fato, faz-se necessário que haja avanços significativos nas políticas e práticas de inclusão digital com investimentos em capacitação digital, implementação de equipamentos de comunicação e conexão de boa qualidade de forma abrangente na Comunidade Vila Nova. Além disso, identificar soluções inovadoras e boas práticas a fim de promover uma integração mais efetiva das TDIC no cotidiano dos moradores dessa comunidade (Miller; Slater, 2000, Katz; Aakhus, 2002, Gordon; Miller, 2015).

Um outro questionamento foi feito aos participantes, sobre qual motivo e finalidade utilizam as TDIC. Nesta questão era possível marcar mais de uma afirmativa. O Gráfico 3 mostra o uso das TDIC de acordo com o motivo e finalidade.

Gráfico 3 - Uso das TDIC conforme a finalidade



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os dados apresentados no Gráfico 3 mostram que as TDIC são mais utilizadas com a finalidade educacional (80%), seguido de acesso aos serviços (pagamentos e compras *online)* (75%), são utilizadas por motivo de comunicação (redes sociais, *e-mails*, mensagens) (70%), trabalho (atividades profissionais) (70%), e entretenimento (jogos, filmes, músicas) (55%).

Os recursos das TDIC vêm desempenhando um papel importante nas interações sociais, econômicas e culturais, em especial após a Pandemia de COVID-19, tornando-se indispensáveis para comunicação e interação na sociedade moderna. Os dados da pesquisa mostram que o uso desses recursos com finalidade educacional é bastante expressivo, seguido de acesso a serviços, comunicação e trabalho.

Segundo Castells (2003) a revolução das tecnologias digitais não é meramente uma mudança técnica, mas um processo de transformação social e econômica. O autor argumenta que as TDIC têm o potencial de redesenhar a estrutura das sociedades ao modificar relações sociais, econômicas e culturais, desde que sejam adaptadas às condições locais. O autor também ressalta que a verdadeira inovação ocorre quando essas tecnologias são integradas de maneira que respeite e se adeque às necessidades específicas das comunidades.

Essa perspectiva está em sintonia com a abordagem de Moran (2013), ao sinalizar

que a integração das TDIC em comunidades carentes requer uma compreensão das condições sociais e culturais locais dos indivíduos. Rodrigues e Batista (2018) acrescentam que as políticas públicas de inserção digital devem focar em cidadania, inclusão social e desenvolvimento local e nacional.

No âmbito da infraestrutura tecnológica, a PMBH, por meio do projeto Inclusão Digital, viabiliza acesso à conectividade, equipamentos e formação além de telecentros com acesso gratuito a computadores ligados à internet. Essa iniciativa contribui para ampliar e consolidar o acesso às tecnologias digitais em vilas e favelas, promovendo ações como a doação de computadores, a expansão da rede de *wi-fi* gratuita e a oferta de cursos gratuitos — tanto *online* quanto presenciais.

Categoria 3 – Percepção dos impactos das TDIC

A Categoria 3 foi composta por três questões sobre o impacto das TDIC na vida dos participantes, o uso das TDIC na educação e participação em cursos ou treinamentos *online*.

Sobre o impacto das TDIC em sua vida, 12 participantes afirmaram ser positivo, sendo que o PF17 relatou que “transformou a forma de aprender”; seis afirmaram ser muito positivo; dois afirmaram ser negativo, sendo que o PM5 justificou ser “negativo porque não estou conseguindo utilizar de forma adequada, acesso difícil”.

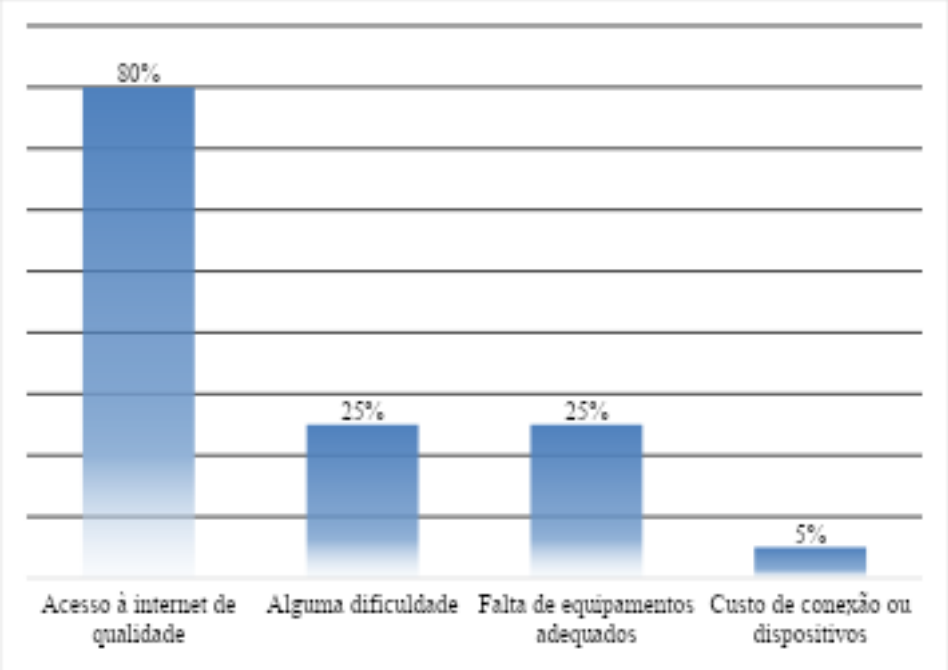
A respeito da percepção dos participantes sobre o uso das TDIC na educação, 15 participantes responderam que consideram importante e cinco consideram muito importante. Nesta questão, três participantes (PF4, PF11 e PF20) justificaram que é importante para as tarefas/trabalhos escolares dos filhos. O PF13 descreveu que considera muito importante pela “Facilidade de estudar em EAD, melhorou visto a minha disponibilidade de tempo”. O PF12 justificou que é muito importante “Para fazer pesquisas”. O PM6 acrescentou que é importante porque “gera muitos conhecimentos" e o PF7 afirmou que “contribui para formação e habilidades digitais”.

Categoria 4 – Desafios no uso das TDIC

A Categoria 4 foi composta por uma questão relativa às dificuldades enfrentadas no uso das TDIC. Nessa questão os participantes poderiam marcar mais de uma

resposta. O Gráfico 4 mostra as dificuldades dos participantes no uso das TDIC.

Gráfico 4 - Dificuldades no uso das TDIC



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O principal obstáculo relatado pelos participantes no uso das TDIC é o acesso à internet de qualidade, apontado por 80% deles. Em seguida, 25% declararam possuir alguma dificuldade e a falta de equipamentos adequados foi justificada por 25%. Já o custo da conexão foi citado por 5% dos respondentes.

Apesar dos investimentos e esforços da PMBH no sentido de promover a inclusão digital desde 2021, com o projeto “Vila + Conectada”, percebe-se que o acesso à internet de qualidade na Comunidade Vila Nova ainda se encontra aquém do desejado.

Categoria 5 - TDIC e Desenvolvimento Pessoal e Comunitário

A Categoria 5 foi composta por duas questões relacionadas às mudanças que as TDIC trouxeram na situação profissional ou educacional do participante e se o acesso às TDIC contribuiu para o desenvolvimento da comunidade.

Na primeira questão os participantes foram perguntados se as TDIC trouxeram

mudanças em sua situação profissional ou educacional, os 20 participantes afirmaram que “sim”. Nesta questão foi solicitado aos participantes a justificativa para sua resposta, sendo que 19 justificaram suas respostas. Dentre esses, sete justificaram que melhorou a comunicação (PF3, PF9, PF10, PF13, PF17, PF18, PF20). A seguir são mostradas as justificativas mais pertinentes apresentadas pelos participantes:

> “Comunicação entre as pessoas” (PF9).
> “Comunicação e para trabalhos na nossa comunidade” (PF10).
> “Acesso e comunicação com minhas clientes na área de manicure” (P13).
> “Comunicação mais fácil com os meus filhos, netos e outras pessoas de forma geral” (PF17).
> “A comunicação entre as pessoas do bairro e as pessoas que moram em outros lugares” (PF18).
> “Melhorou o acesso às várias informações e facilitou a comunicação” (PF20).

Outros quatro participantes declararam que melhoraram o acesso às informações (PF4, PF14, PF15, PF16). Isso pode ser confirmado nas falas dos participantes PF4 e PF15:

> “Maior acesso a mais informações e maior rapidez e facilidade na comunicação” (PF4).
> “Acesso informações para os meus filhos a respeito dos trabalhos escolares” (PF15).

Ainda sobre as mudanças ocasionadas pelo uso das TDIC na comunidade, cinco participantes (PF1, PM2, PF7, PF12, PF19) descreveram que houve mudanças relacionadas à educação, conhecimento, agilidade e interatividade, como pode ser visto nos relatos a seguir:

> “Agilidade, melhor acesso e dinamismo, interatividade" (PF1).
> “As várias formas de aprender” (PM2).
> “Práticas inovadoras na educação, compreensão de conteúdos, espaços de conhecimento mais dinâmico e interativo” (PF7).
> “Me deu acesso a inscrição do curso técnico e conseguir de forma gratuita o curso, depois de uma inscrição online com bolsa gratuita” (PF12).
> “Busca por melhores conhecimentos, aperfeiçoamento e agilidade” (PF19).

Outros três participantes declararam que as mudanças refletiram em seu trabalho (PM6, PF8, PF11). A seguir os depoimentos dos participantes:

> “Trabalho home office” (PM6).
> “Divulgação do meu trabalho” (PF8).
> “No meu trabalho de manicure” (PF11).

Os depoimentos dos participantes encontram respaldo na literatura, conforme apontado por Moran (2013) e Castells (2003), porque as TDIC ampliaram de forma significativa tornando a comunicação entre as pessoas mais acessível e colaborativa. Os autores, destacam que as TDIC aproximam as pessoas, criam possibilidade de trocas e fortalece o processo educativo. Castells (2003) argumenta que vivemos em uma “sociedade em rede”, na qual a comunicação mediada por tecnologias se torna elemento central para a inclusão social, profissional e econômica. Segundo o autor, o acesso às redes digitais possibilita que indivíduos e comunidades ampliem sua capacidade de comunicação, organização e construção de oportunidades.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o objetivo geral, esta pesquisa buscou compreender, a partir das percepções dos participantes, de que forma moradores de uma comunidade carente de Belo Horizonte acessam e utilizam as TDIC, identificando os desafios, oportunidades e impactos dessas tecnologias em seu cotidiano. Isso posto, apresentam-se, a seguir, as considerações finais desta investigação.

Os resultados empíricos foram construídos a partir das respostas de um questionário aplicado a 20 moradores da Comunidade Vila Nova, situada no Bairro Jaqueline, em Belo Horizonte. As informações coletadas foram analisadas com o propósito de identificar os principais desafios e oportunidades relacionados ao uso das TDIC no dia a dia desses moradores. O referencial teórico que sustenta a análise baseou-se em dados obtidos no *site* da PMBH, do Censo do IBGE, do IPEA e da literatura especializada sobre o uso das TDIC na educação, no trabalho, na informação e na comunicação.

No que se refere à disponibilidade das TDIC no contexto local, verificou-se que, embora todos os participantes relatem possuir algum tipo de acesso à internet**,** a qualidade desse acesso é marcada por lacunas significativas**.** Em grande parte das residências a conectividade é instável, lenta e, muitas vezes, de alto custo. Todos os participantes afirmaram arcar com custos mensais para utilizar a internet, recorrendo, quando possível, ao *wi-fi* gratuito disponibilizado pela PMBH. Essas condições afetam diretamente o direito à informação, à educação, ao trabalho remoto e à participação cidadã, uma vez que, na contemporaneidade, a conectividade se tornou elemento central para a inclusão social e econômica. Observou-se ainda que a PMBH vem ampliando os investimentos em grandes comunidades vulneráveis, com mais pontos de internet pública, embora essa expansão ainda não chegue com a mesma intensidade às áreas menores, como a Comunidade Vila Nova.

Quanto às barreiras relacionadas à infraestrutura, às habilidades digitais e às condições socioeconômicas, os dados da pesquisa e as informações sobre os programas desenvolvidos pela PMBH indicam que existem iniciativas importantes voltadas à inclusão digital. Entre essas, destaca-se o programa Vila + Conectada que, desde 2018, oferece acesso gratuito à internet via *wi-fi* e mantém telecentros

equipados com computadores conectados, instalados em bibliotecas, centros culturais e outras instituições públicas. Tais espaços funcionam como ambientes de aprendizagem e acesso à informação, ampliando as possibilidades de uso das TDIC. Ainda assim, na Comunidade Vila Nova, verificou-se que essas políticas chegam de forma limitada, com apenas um ponto de acesso gratuito disponível, insuficiente para atender às necessidades locais, especialmente após a ampliação da demanda por conectividade durante a pandemia de COVID-19.

Averiguou-se ainda que, embora o acesso exista, o acesso gratuito à internet não ocorre em condições adequadas**.** Os depoimentos dos participantes apontam que, muitas vezes, o sinal gratuito não atinge suas residências, ou chega de forma instável, obrigando as famílias a contratar pacotes adicionais, o que representa um gasto significativo em orçamentos já restritos. Esse quadro evidencia não um “abismo”, mas desigualdades persistentes na qualidade e estabilidade do acesso, que afetam mais intensamente moradores de comunidades periféricas.

A análise dos dados mostrou que, na Comunidade Vila Nova, as TDIC ainda não se consolidaram plenamente como ferramentas de empoderamento e transformação social, sobretudo devido à qualidade do acesso à internet e à falta de manutenção nos equipamentos. Superar essa situação exige investimento público contínuo, participação ativa da comunidade e políticas que considerem as especificidades territoriais. Enquanto a cidade avança em processos de digitalização, grande parte dos moradores das periferias permanece parcialmente conectada não por falta de interesse, mas por limitações econômicas e estruturais.

Observou-se também que a instabilidade do sinal limita o acesso e interfere diretamente no cotidiano dos participantes, dificultando desde ações simples, como acessar serviços públicos e enviar currículos, até atividades fundamentais, como estudar, participar de cursos de qualificação e realizar trabalhos de forma remota. Em uma sociedade cada vez mais digitalizada, um acesso insuficiente equivale, na prática, a novas formas de exclusão.

Os achados indicam que muitas famílias dependem exclusivamente de planos móveis pré-pagos, frequentemente com franquias insuficientes para atividades educacionais ou profissionais. Mesmo em áreas onde há oferta de conexão fixa, a infraestrutura

não alcança de maneira eficiente ruas estreitas e becos, ou apresenta baixa manutenção.

Apesar disso, reconhece-se que os esforços empreendidos pela PMBH representam um avanço relevante no caminho da inclusão digital, especialmente no atendimento das populações em maior vulnerabilidade. Essas iniciativas contribuem para ampliar o acesso a serviços essenciais, como solicitações de documentos, agendamentos de saúde, pagamentos e assinaturas digitais, que hoje dependem majoritariamente da internet.

Espera-se que este trabalho estimule reflexões mais amplas e aprofundadas sobre as dinâmicas sociais de comunidades vulneráveis e suas interações com as TDIC. À luz dos resultados obtidos, busca-se promover novos diálogos entre a sociedade, a comunidade escolar e o poder público sobre as possibilidades e os desafios decorrentes da presença, ainda que desigual, das TDIC nesses territórios. Esse é um percurso essencial para o fortalecimento da equidade e da inclusão social.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Jorge Luiz; SILVA, Jailson de Souza. As favelas como territórios de reinvenção da cidade. **Cadernos do desenvolvimento fluminense**, n. 1, fev. 2013. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/9f6c/7c07098135a0fa0eb40792b8715aa53f3de9.pdf Acesso em: 11 abr. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BORSAGLI, Alessandro. **Belo Horizonte em pedaços**: fragmentos de uma cidade em eterna construção. Belo Horizonte: Edição do autor, 2016.

BRANDÃO, Euclides Dayvid Alves; LUÍZ, Izabella Taranto; SOUZA, Antonio Carlos da Silva. A influência do modelo higienista francês no planejamento urbano de Belo Horizonte no final do século XIX e início do século XX. **Revista e-xacta**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p.1-18, 2019. Disponível em: https://revistas.unibh.br/dcet/article/view/1947 Acesso em: 17 jul. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL, Lei 10.257/2001. **Estatuto da Cidade**. Presidente da República em 10 de julho de 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm Acesso em: 11 abr. 2025.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Habitação**. Cadernos Cidade Habitação, n. 4. Brasília: Ministério das Cidades, 2004.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Guia para o mapeamento e a caracterização de assentamentos precários**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Combate à informalidade**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, set. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/combate-a-informalidade Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. Indicadores educacionais avançam em 2024, mas atraso escolar aumenta. **Agência IBGE Notícias**, 6 jun., 2025. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43699-indicadores-educacionais-avancam-em-2024-mas-atraso-escolar-aumenta Acesso em: 12 nov. 2025.

BRASIL. Taxa de desocupação atinge 5,8% no trimestre encerrado em junho, menor nível da série histórica. **Agência IBGE Notícias**, 31 jul. 2025. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-

noticias/noticias/44072-taxa-de-desocupacao-atinge-5-8-no-trimestre-encerrado-em-junho-menor-nivel-da-serie-historica Acesso em: 31 jul. 2025.

CAMPOS, Ana Cristina. Entenda as diferenças entre trabalhador informal, MEI, autônomo e CLT. **Agência Brasil**, 19 abr. 2025. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-04/entenda-diferencas-entre-trabalhador-informal-mei-autonomo-e-clt Acesso em: 1 dez. 2025.

CARDOSO, Adauto Lúcio. A problemática dos assentamentos precários no Brasil urbano e suas interfaces. *In*: MORAIS, M. P. *et al.* **Caracterização e tipologia de assentamentos precários:** estudos de caso brasileiros. Brasília: Ipea, 2016, p. 27-52. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9399/1/Assentamentos%20prec%C3%A1rios.pdf Acesso em: 14 abr. 2025.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CASTELLS, Manuel. **Comunicação e poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CATALÁ, Larissa Souza; CARMO, Roberto Luiz do. O conceito de aglomerado subnormal do IBGE e a precariedade dos serviços básicos de infraestrutura urbana. **Rebep**, v.38, 1-24, e 0154, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0154 Acesso em: 5 abr. 2025.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e de métodos mistos. 5. ed. Los Angeles: Sage Publications, 2018.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 48. ed. Rio de Janeiro: Record, 1963.

GIACOMETTI-ROCHA, Fernanda. **Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação:** conceitos e aplicações. São Paulo: Editora XYZ, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONÇALVES, Rafael Soares. Censos e favelas cariocas: evolução de um conceito censitário. **Anais do Museu Paulista:** história e cultura material, v. 28, p. e23, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28e23 Acesso em: 14 abr. 2025.

GORDON, Sam; MILLER, Steve. **Digital divide: the use of technology in underserved communities**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

IBGE. Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. **Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil, 2012-2020**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, fev. 2021. Disponível em:

https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Principais_destaques_PNAD_continua/2012_2020/PNAD_continua_retrospectiva_2012_2020.pdf Acesso em: 31 jul. 2025.

IBGE. Censo 2022: proporção da população com nível superior completo aumenta de 6,8% em 2000 para 18,4% em 2022. **Agência IBGE Notícias**, 26 fev. 2025. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42742-censo-2022-proporcao-da-populacao-com-nivel-superior-completo-aumenta-de-6-8-em-2000-para-18-4-em-2022 Acesso em: 20 mai. 2025.

IBGE. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://odsbrasil.gov.br/. Acesso em: 14 abr. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Favelas e comunidades urbanas.** Notas metodológicas n. 01. Sobre a mudança de Aglomerados Subnormais para Favelas e Comunidades Urbanas. IBGE: Rio de Janeiro, 2024.

IBGE. Censo 2022. Favelas e comunidades urbanas: IBGE muda denominação dos aglomerados subnormais. **Agência IBGE Notícias**, 23 jan. 2024. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38962-favelas-e-comunidades-urbanas-ibge-muda-denominacao-dos-aglomerados-subnormais#:~:text=O%20IBGE%20est%C3%A1%20substituindo%20a,%E2%80%9CFavelas%20e%20Comunidades%20Urbanas%E2%80%9D. Acesso em: 7 jul. 2025.

IBGE**. Favelas e comunidades urbanas**: sobre a publicação – Nota Metodológica nº 01/2024. Rio de Janeiro: IBGE, 23 jan. 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-favelas-e-comunidades-urbanas.html?edicao=38944&t=acesso-ao-produto. Acesso em: 26 jun. 2025.

IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD Educação 2024. **Educação na PNAD Contínua**, 13 de junho de 2025. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/80f8445b4b7a92d561ea8a641e50869b.pdf Acesso em: 12 nov. 2025.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Mercado de trabalho: conjuntura e análise. **Ministério do Trabalho**, v.1, n. 0, 1996. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/58f6c60a-2ad8-4ecf-9a40-e27a462379a3/content Acesso em: 30 nov. 2025.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1961.

KATZ, James E.; AAKHUS, Mark. **Perception and impact of digital inclusion**. New York: Routledge, 2002.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. Editora 34, 2009.

LIMA, Fábio José Martins de. Urbanismo em Minas Gerais: olhares de engenheiros, arquitetos, geógrafos e outros planejadores (1930-1980). **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, v. 5, n. 1, p. 148–169, 2013. Disponível em: https://urbanismobr.com.br/2022/12/15/urbanismo-em-minas-gerais-olhares-de-engenheiros-arquitetos-e-outros-profissionais-nas-idealizacoes/ Acesso em: 4 set. 2025.

MACHADO, Lucas. ANF. Favelas de Belo Horizonte: iniciativas positivas nas comunidades da capital mineira. **Agência de Notícias das Favelas**, Belo Horizonte, 8 dez. 2024. Disponível em: https://www.anf.org.br/favelas-de-belo-horizonte-iniciativas-positivas-nas-comunidades-da-capital-mineira/ Acesso em: 26 mai. 2025.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. *In:* ARANTES, O. *et al.* **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 121-192.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. **The Internet:** an ethnographic approach. Oxford: Berg, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2010.

MORAN, José Manuel. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. Campinas: Papirus, 2013.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos**: novos desafios e como chegar lá. São Paulo: Papirus, 2010.

MOREIRA, Gilvander. Confraternização e luta da ocupação-comunidade Vila Nova, no Jaqueline, em Belo Horizonte, MG. **Site do Frei Gilvander Moreira**, 7 jan. 2018. Disponível em: https://gilvander.org.br/site/confraternizacao-e-luta-da-ocupacao-comunidade-vila-nova-no-jaqueline-em-belo-horizonte-mg/ Acesso em: 26 mai. 2025.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. Movimento de favelas de Belo Horizonte e os católicos conservadores. **Revista de História Regional**, v. 16, n. 2, p. 672-694, 2012. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2413/2490 Acesso em: 26 mai. 2025.

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. A formação do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte: um estudo de caso a luz de comparações com as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 332–358, 2016. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/22406. Acesso em: 4 set. 2025.

PMBH. Prefeitura de BH oferece cursos de tecnologia gratuitos e a distância. **PBH**

Notícias, 24 abr. 2024. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/prefeitura-de-bh-oferece-cursos-de-tecnologia-gratuitos-e-distancia Acesso em: 22 mai. 2025.

PMBH. Inclusão Digital. **Notícias**, 10 abr. 2025. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/prodabel/inclusaodigital Acesso em: 26 mai. 2025.

PMBH. Prefeitura de BH firma novas parcerias para ampliar a inclusão digital na cidade. **PBH Notícias**, 7 mai. 2025. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/prefeitura-de-bh-firma-novas-parcerias-para-ampliar-inclusao-digital-na-cidade Acesso em: 29 mai. 2025.

PMBH. Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte. **Notícias**, s.d. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/prodabel Acesso em: 26 mai. 2025.

RAMOS, Paulo César (org.) *et al*. **Periferias no plural** [livro eletrônico]. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2023. 487 p. ISBN 978-65-5626-098-3.

ROCHA, Lúcia; NAKAMOTO, Antônio. **Tecnologias Digitais e Inclusão Cultural**. São Paulo: Editora ABC, 2023.

RODRIGUES, Alexandre; BATISTA, Fernanda. **Políticas públicas de inclusão digital:** desafios e perspectivas. Brasília: Editora do Senado, 2018.

ROLNIK, Raquel. Paisagens para a renda, paisagens para a vida: disputas contemporâneas pelo território urbano. **Indisciplinar**, v. 5, n. 1, 2019, p. 20-43. Disponível em: https://wiki.indisciplinar.com/index.php?title = .download/008.pdf Acesso em: 14 abr. 2025.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia de Bolso, 2000.

SILVA, Iracema Maria Vasconcelos. **Planejamento de Políticas Econômicas em Comunidades Carentes:** perspectivas e desafios. Juruá Editora, 2015.

SILVA, Madianita Nunes da; CARDOSO, Adauto Lúcio; DENALDI, Rosana. **Urbanização de favelas no Brasil:** trajetórias de políticas municipais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

SILVA, Roberto Antero. Aglomerados subnormais: definição, limitações e críticas. **Revista GeoUECE** - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, Número Especial, p. 26-40, 2014a. Disponível em http://seer.uece.br/geouece Acesso em: 28 mai. 2025.

SILVA, Tânia. **A cidade e suas contradições:** a segregação espacial nas cidades. São Paulo: Editora Pioneira, 2014b.

SILVEIRA, José Carlos. **Tecnologia e inclusão social**: a necessidade de políticas públicas. Rio de Janeiro: Editora Interativa, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora:** reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Bertrand Brasil, 2006.

UNSD – United Nations Statistics Division. **SDG indicator metadata:** SDG 11.1.1, 2020.

VELOSO, Fernando; BRABOSA FILHO, Fernando de Holanda; PERUCHETTI, Paulo. Impactos da educação no mercado de trabalho. **FGV Ibre**, 3 jan. 2022. Disponível em: https://blogdoibre.fgv.br/posts/impactos-da-educacao-no-mercado-de-trabalho Acesso em: 1 dez. 2025.

YIN, Robert k. **Estudo de caso:** planejamento e métodos.5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

COMUNIDADES CARENTES: SUAS RELAÇÕES E INTERAÇÃO COM AS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Prezado(a) participante,

Este questionário faz parte de uma pesquisa que busca compreender o perfil dos moradores da comunidade e a relação deles com as TDIC. Suas respostas serão utilizadas para fins acadêmicos, sendo garantido o sigilo e a confidencialidade. A participação é voluntária e pode ser interrompida a qualquer momento. Para preservar o anonimato.

Sigla:

TDIC – Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação. Termo utilizado para definir um conjunto de equipamentos, aplicações tecnológicas e programas de computador (*software*) que geralmente utilizam a internet.

Perfil do Participante:

1. Gênero: Masculino ( ) Feminino ( )

Nome Opcional:

_____

2. Faixa etária:

( ) 18-25 anos

( ) 26-35 anos

( ) 36-45 anos

( ) 46-55 anos

( ) 56-65 anos

( ) Acima de 65 anos

3. Nível de escolaridade:

( ) Ensino fundamental incompleto

( ) Ensino fundamental completo

( ) Ensino médio incompleto

( ) Ensino médio completo

( ) Ensino superior incompleto

( ) Ensino superior completo

( ) Outro: _____ Qual? _____

3. Situação profissional:

( ) Empregado(a) com carteira assinada

( ) Autônomo(a)

( ) Desempregado(a)

( ) Aposentado(a)

( ) Outro: _____ Qual? _____

4. Tempo de residência na comunidade:

( ) menos de 6 meses ( ) Menos de 1 ano ( ) Menos de 5 anos ( ) Menos de 10 anos ( ) Menos de 15 anos.

ACESSO E USO DAS TDIC:

1. Possui acesso à internet?
( ) Sim
( ) Não

Se sim, que tipo? _____ Onde?_____

2. A sua internet é: ( ) paga ( ) gratuita

Se for gratuita, descreva o fornecedor: _____

3. Que tipo de internet você utiliza:

( ) Internet móvel no celular (*smartphone)*

( ) Internet por pacote de dados residencial

( ) Outros _____

4. Qual dispositivo você utiliza para acessar a internet?
( ) Celular *(Smartphone)*
( ) Computador
( ) *Tablet*
( ) Outros: _____ Qual? _____

5. Com que frequência você usa a internet?

( ) Diariamente
( ) 3-5 vezes por semana
( ) 1-2 vezes por semana
( ) Menos de uma vez por semana
( ) Nunca

6. Por qual motivo e finalidade você usa as TDIC? (pode marcar mais

de uma)

( ) Comunicação (redes sociais, *e-mails*, mensagens)
( ) Educação (cursos *online*, pesquisas, leituras)
( ) Trabalho (atividades profissionais)
( ) Entretenimento (jogos, filmes, músicas)
( ) Serviços (pagamentos, compras *online*)
( ) Outros: _____ Qual? _____

Percepção do Impacto das TDIC

1. Na sua percepção, qual é o impacto das TDIC em sua vida?

( ) Muito positivo
( ) Positivo
( ) Neutro
( ) Negativo
( ) Muito negativo

2. Qual a sua percepção sobre o uso das TDIC na educação?

( ) Muito importante
( ) Importante
( ) Pouco importante
( ) Não importante

Justifique sua resposta, por favor:

_____

3. Você participa de cursos ou treinamentos *online*?

( ) Sim
( ) Não
( ) Outro: _____ Qual? _____

Desafios no Uso das TDIC

1. Quais são as dificuldades que você enfrenta no uso das TDIC?

( ) Acesso à internet de qualidade

( ) Falta de equipamentos adequados

( ) Falta de conhecimento ou habilidade para utilizar essas tecnologias

( ) Custo de conexão ou dispositivos

( ) Nenhuma dificuldade

( ) outros _____

TDIC e Desenvolvimento Pessoal e Comunitário

1. As TDIC trouxeram mudanças em sua situação profissional ou educacional?

( ) Sim

( ) Não

( ) Outro: _____

Se sim, descreva por favor qual ou quais mudanças ocorreram.

_____

_____

_____

2. Você considera que o acesso às TDIC contribuiu para o desenvolvimento da sua comunidade?

( ) Sim

( ) Não

( ) Em parte

Justifique sua resposta, por favor _____

_____

_____

_____

3. Qual(is) são a(s) principal(is) área(s) em que você percebe melhorias devido ao uso das TDIC na comunidade? (pode escolher mais de uma)

( ) Educação

( ) Saúde

( ) Trabalho e renda

( ) Participação social e política

( ) Segurança

( ) Outras: _____ Qual (is)?

_____

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Projeto CAAE: Comunidades carentes: suas relações e interação com as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação. Aprovado pelo Sistema CEP/CONEP, em 31 de março 2025.

Prezado(a) _____

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Comunidades Carentes: Suas Relações e Interações com as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação”. Este convite se deve ao fato de você ser presidente ou associado da Associação CAJA, uma instituição que poderá contribuir significativamente para o andamento da pesquisa.

A responsável pela pesquisa é Renata Elisa Ramos (MG.06.080.121, CPF: 012.394.006-08), estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG).

Este documento se chama Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Com o mesmo, eu, a pesquisadora Renata Elisa Ramos e meu orientador, o Professor Dr. Ivo de Jesus Ramos, buscamos sua permissão para a aplicação do instrumento de pesquisa questionário, com o intuito de esclarecer o propósito deste estudo, seu funcionamento e de que forma você estará envolvido(a).

Este convite só está sendo feito após a pesquisa ter sido aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), o órgão responsável por defender seus interesses, dignidade e integridade durante a pesquisa.

Caso surjam dúvidas, você tem toda a liberdade para perguntar. Se, após os esclarecimentos, você não se sentir à vontade, a pesquisa não será aplicada, sem que haja qualquer incômodo por parte do pesquisador ou necessidade de justificar seus motivos.

O objetivo desta pesquisa é compreender de que forma os moradores de uma comunidade carente de Belo Horizonte utilizam e se relacionam com as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), identificando os desafios, oportunidades e impactos dessas tecnologias em seu cotidiano e no acesso a serviços e informações.

Além disso, a análise terá um importante viés colaborativo sobre o uso das TDIC nas comunidades carentes, dando voz às comunidades e aos seus moradores. Em suma, a ideia não é apenas avaliar o uso das TDIC, mas também contribuir para a construção de práticas recomendadas.

Sua contribuição se dará por meio de respostas ao questionário sobre as práticas e vivências na comunidade carente que você desejar compartilhar. O pesquisador se concentrará em organizar essas ideias para compreender as nuances particulares e analisar como as novas tecnologias influenciam a dinâmica e a performance dentro da comunidade.

Seguindo essa abordagem, as perguntas do questionário semiestruturado, a ser respondidas pelo presidente e pelo associado da comunidade local, serão compostas de questões de múltipla escolha e questões dissertativas em formato impresso.

A participação poderá expô-lo (a) a riscos mínimos como cansaço físico e mental ao responder as perguntas. Caso isso aconteça, você poderá interromper o preenchimento do questionário ou optar por não responder à questão, podendo também desistir da participação sem qualquer penalidade caso deseje. A pesquisadora responsável fornecerá as informações de forma clara, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos, garantindo que danos previsíveis sejam evitados. Também será assegurado aos participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento e resultante de sua participação, o direito à assistência integral e à indenização.

As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pela pesquisadora responsável, não sendo os participantes identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados forem divulgados em qualquer formato. É importante destacar que, caso aceite participar da pesquisa, como **ação mitigadora de risco** (I) Será mantido o sigilo dos dados fornecidos pelo(a)s participantes que serão referenciados por siglas relativas aos participantes (P1, P2, …).

A pesquisadora se responsabiliza pelo armazenamento adequado dos dados coletados, bem como os procedimentos para assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações do participante da pesquisa. Após a conclusão da coleta de dados, a pesquisadora responsável assume o compromisso de manter os dados da pesquisa em arquivo físico sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após

o término da pesquisa.

Como o estudo envolve seres humanos, o projeto foi submetido previamente ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do CEFET-MG, por meio da Plataforma Brasil, e a coleta de dados iniciará somente após a aprovação da pesquisa pelo CEP. A pesquisa contou com o apoio da Associação de Moradores para assegurar a preservação da identidade, privacidade e confidencialidade dos participantes.

Você não terá nenhum custo com a pesquisa, nem receberá qualquer vantagem financeira ou benefício direto, entretanto, sua participação poderá contribuir de forma indireta para elucidação do problema de pesquisa e para a melhor compreensão do uso das TDIC na comunidade e desenvolvimento de políticas de inclusão digital e aprimoramento de práticas comunitárias. No entanto, acredito que terá a oportunidade de refletir sobre como o compartilhamento de ideias pode intervir no processo de ensino e aprendizagem.

Como participante da pesquisa e de acordo com a legislação brasileira, você possui diversos direitos, incluindo o anonimato, a confidencialidade, o sigilo e a privacidade, mesmo após o término ou interrupção da pesquisa. Farei a leitura desses direitos antes da aplicação do questionário, esclarecendo os significados das palavras e das frases. Assim, é garantido a você:

- A observância das práticas determinadas pela legislação aplicável, incluindo as Resoluções 466 (e, em especial, seu item IV.3) e 510 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplinam a ética em pesquisa e este Termo;
- A plena liberdade para decidir sobre sua participação, sem prejuízo ou represália de qualquer natureza;
- A plena liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo ou represália de qualquer natureza. Nesse caso, os dados coletados de sua participação até o momento da retirada do consentimento serão descartados, a menos que você autorize explicitamente o contrário;
- O acompanhamento e a assistência, mesmo após o encerramento ou interrupção da pesquisa, de forma gratuita, integral e imediata, pelo tempo necessário, sempre que solicitado e relacionado à sua participação na pesquisa, mediante solicitação ao pesquisador responsável;
- Sua participação na pesquisa sem nenhum custo ou despesa;
- O acesso aos resultados da pesquisa;

- A indenização em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa e o acesso a este Termo.

Se restar alguma dúvida, sinta-se totalmente à vontade para perguntar. Além disso, quero destacar que, se concordar em participar da pesquisa hoje, você poderá desistir no futuro sem que isso lhe cause qualquer dano.

Os incômodos possíveis incluem, mas não se limitam à inibição, constrangimento, desconforto, vergonha, aborrecimento, timidez e cansaço em relação a algumas perguntas do questionário.
No entanto, será garantido ao participante o direito de conhecer todas as perguntas que irá responder e o direito de não responder a qualquer pergunta que lhe for feita. O tempo estimado para responder a todas as perguntas é de aproximadamente 50 minutos. Os benefícios esperados são: a contribuição para a ciência no desenvolvimento de metodologias de ensino e o compartilhamento de práticas que possam favorecer o processo de inclusão.

Você terá acesso a este Termo (o documento será rubricado e assinado por você, pelo pesquisador e por duas testemunhas, em duas vias, sendo que uma via ficará com você. Se perder a sua via, poderá solicitar uma cópia ao pesquisador responsável).

Qualquer dúvida ou necessidade – neste momento, durante sua participação ou após o encerramento ou eventual interrupção da pesquisa – pode ser dirigida a mim, por e-mail: renataelisa.ramos@gmail.com, telefone (31) 98614-866373, pessoalmente ou via postal para Rua Maria da Conceição de Jesus, 119, apto 201, Bairro Jaqueline, Belo Horizonte – MG.

Se preferir, ou em caso de reclamação ou denúncia de descumprimento de qualquer aspecto ético relacionado à pesquisa, você poderá recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), vinculado à CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa), que tem a atribuição legal de defender os direitos e interesses dos participantes de pesquisa em sua integridade e dignidade, e contribuir para o desenvolvimento das pesquisas dentro dos padrões éticos. Você poderá acessar a página do CEP, disponível em: http://www.cep.cefetmg.br ou contatá-lo pelo endereço: Avenida Amazonas, 5855, Prédio Principal (único), sala do CEP/CEFET-MG, Bairro

Gameleira, Belo Horizonte – MG, CEP: 30510-000; e-mail: dppg-cep@cefetmg.br; telefone: +55 (31) 3379-3004.

Se optar por participar da pesquisa, peço-lhe que rubrique todas as páginas deste Termo, identifique-se e assine a declaração a seguir, que também deve ser rubricada e assinada pelo pesquisador.

ANEXO A - TERMO DE ANUÊNCIA

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

A Associação Comunitária do Bairro Jaqueline (CAJA), por meio de sua presidente, declara estar ciente e de acordo com a realização da pesquisa intitulada "Comunidades Carentes: Suas Relações e Interações com as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação". A pesquisa é conduzida pela mestranda Renata Elisa Ramos (MG.06.080.121, CPF: 012.394.006-08), do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG).

Entendemos que a pesquisa tem como objetivo identificar e analisar as interações e os impactos das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) entre os moradores da comunidade após a pandemia de COVID-19, de modo a contribuir para o desenvolvimento de práticas inclusivas e soluções que ampliem o acesso à tecnologia.

A Associação CAJA autoriza a realização das atividades de pesquisa previstas, incluindo entrevistas, questionários e grupos focais, e assegura que apoiará as condições necessárias para o bom andamento do estudo, respeitando a ética e a confidencialidade dos dados dos participantes.

Local e Data: Belo Horizonte, 29 de Outubro de 2024.

Assinaturas:

Marlene Sueli Ferreira Santana

Marlene Sueli Ferreira Santana

Nome da Presidente da Associação CAJA

gov.br Documento assinado digitalmente
RENATA ELISA RAMOS
Data: 30/10/2024 11:36:10-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Renata Elisa Ramos
Mestranda - CEFET-MG

Ivo Ramos
Orientador - CEFET-MG

ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS - CEFET

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: COMUNIDADES CARENTES: SUAS RELAÇÕES E INTERAÇÃO COM AS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

Pesquisador: RENATA ELISA RAMOS

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 85544524.5.0000.8507

Instituição Proponente: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.475.909

Apresentação do Projeto:

A pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGET) do CEFET-MG versa sobre o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) na vida cotidiana dos moradores das comunidades carentes, analisando tanto os efeitos positivos quanto os negativos nas dinâmicas sociais e econômicas dessas comunidades. De acordo com a pesquisadora, serão analisados aspectos como a interação entre os moradores, a participação comunitária e suas habilidades digitais, a fim

de identificar como a capacitação digital pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida, bem como para o desenvolvimento pessoal e comunitário. Segundo a pesquisadora, a pesquisa adotará uma abordagem qualitativa para analisar como os moradores da comunidade carente do bairro Jaqueline, em Belo Horizonte, utilizam as TDIC em sua vida cotidiana. Apesar de registrar em seu projeto como uma pesquisa qualitativa, ela ocorrerá a partir de um questionário estruturado com perguntas de múltipla escolha em formato impresso. Esse questionário visa, de acordo com a pesquisadora, coletar informações sobre acesso e uso das TDIC pelos moradores da comunidade.

Objetivo da Pesquisa:

Segundo a pesquisadora responsável, em seu projeto de pesquisa, os objetivos são:

Primário: Compreender de que forma os moradores de uma comunidade carente de Belo Horizonte acessam e utilizam as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC),

Endereço: Avenida Amazonas, 5855, Prédio principal (único) do Campus Gameleira (Campus VI), 1º andar, sala do
Bairro: Gameleira **CEP:** 30.510-000
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3379-3004 **E-mail:** dppg-cep@cefetmg.br



identificando os desafios, oportunidades e impactos dessas tecnologias em seu cotidiano no que se refere ao acesso a serviços sociais e de informações.

Secundários:

- Identificar e avaliar o acesso às TDIC pelos moradores de uma comunidade carente em Belo Horizonte, com o intuito de mapear a disponibilidade e a utilização dessas tecnologias no contexto local.
- Identificar as principais barreiras e desafios relatados pelos moradores de uma comunidade carente em Belo Horizonte ao utilizarem as TDIC, em aspectos como infraestrutura, habilidades digitais e limitações socioeconômicas que impactam o uso dessas tecnologias.
- Examinar as formas de uso das TDIC pelos moradores de uma comunidade carente em Belo Horizonte, com foco nas práticas adotadas e na integração dessas tecnologias no cotidiano dos indivíduos, bem como nas suas implicações para a inclusão digital e o acesso a serviços essenciais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos envolvidos na execução da pesquisa, de acordo com a pesquisadora, são considerados mínimos e estão relacionados principalmente à privacidade dos participantes. Para proteger os envolvidos, a pesquisadora assevera que todas as informações pessoais serão mantidas em sigilo, e os dados serão tratados de forma anônima. Além disso, de acordo com a pesquisadora, os questionários e as entrevistas serão conduzidos em ambientes que garantam o conforto e a privacidade dos participantes. Os benefícios são INDIRETOS e incluem uma melhor compreensão do uso das TDIC na comunidade, o que pode contribuir para o desenvolvimento de políticas de inclusão digital e aprimoramento das práticas comunitárias.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A proposta de pesquisa apresentada é interessante e aborda um tema relevante para o campo da Educação e as pendências indicadas pelo CEP foram sanadas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O protocolo de pesquisa foi apresentado sem pendências documentais.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foram identificadas situações que possam, eventualmente, causar danos aos participantes da pesquisa. Além disso, foram realizadas as mudanças no TCLE, atendendo as solicitações do CEP presentes na pendência 1; a gradação de risco foi incorporada claramente ao protocolo de pesquisa; O orçamento foi reformulado, atendendo a solicitação do CEP; a pendência 4 foi

sanada e a referida medida de segurança foi registrada no protocolo de pesquisa; a alteração nas informações básicas foi realizada, em consonância com Carta Circular 110-SEI/2017-CONEP; os benefícios da pesquisa para os sujeitos participantes foram claramente apresentados no TCLE, deixando o protocolo de pesquisa em total conformidade.

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP solicita que o/a pesquisador/a atente-se para os pontos a seguir :

Comunicar ao CEP quaisquer alterações do projeto e/ou do termo de consentimento livre e esclarecido.

Comunicar ao CEP qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa.

Manter os dados individuais, de todas as etapas da pesquisa, em local seguro, por período de cinco anos.

Enviar ao CEP relatórios semestrais e ao final da pesquisa.

Para envio de RELATÓRIO FINAL

Atenção: No envio de Relatório Final, o(a) pesquisador(a) deverá anexar na Plataforma Brasil os resultados da pesquisa, bem como os documentos que comprovem a sua finalização:

(i) relatório final, conforme Modelo do CEP/CEFET-MG;

(ii) cópia da ata de defesa ou de certificado de conclusão (no caso de monografia, TCC, Dissertação ou Tese) ¿ Resolução CNS n. 466/2012, XI.2.d.;

(iii) relatório final de pesquisa (no caso de trabalhos de Iniciação Científica ou de projetos de pesquisa) - Resolução CNS n. 466/2012, XI.2.d.;

(iv) comprovante do encaminhamento dos resultados da pesquisa para publicação; ou justificativa para a não-publicação dos resultados (Resolução CNS n. 466/2012, XI.2., g. e h.; e Resolução CEPE n. 2/21, art. 17, itens V e VI);

(v) resultados da pesquisa ¿ texto da monografia, TCC, Dissertação, Tese, Relatório final da pesquisa (Norma Operacional CNS n. 001/03, item 3.3.c).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P	11/02/2025		Aceito

Básicas do Projeto	OJETO_2445667.pdf	09:39:10		Aceito
Outros	CARTARESPOSTACEPFev2025.docx	11/02/2025 09:38:23	RENATA ELISA RAMOS	Aceito
Orçamento	OrcamentoFev2025.pdf	11/02/2025 09:37:03	RENATA ELISA RAMOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoRenataRamos2025.docx	11/02/2025 09:30:09	RENATA ELISA RAMOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE2025.docx	20/01/2025 10:11:02	RENATA ELISA RAMOS	Aceito
Outros	QuestionarioRenataRamos2025.docx	20/01/2025 10:00:19	RENATA ELISA RAMOS	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	03/12/2024 15:58:34	RENATA ELISA RAMOS	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRostoRenataelisa.pdf	22/11/2024 12:12:56	RENATA ELISA RAMOS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TERMODEANUENCIA.pdf	06/11/2024 19:34:46	RENATA ELISA RAMOS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAORESPONSABILIDADEDOPESQUISADOR.pdf	06/11/2024 19:31:25	RENATA ELISA RAMOS	Aceito
Outros	LATTESRENATARAMOS.pdf	26/10/2024 12:37:28	RENATA ELISA RAMOS	Aceito
Outros	LATTESIVORAMOS.pdf	26/10/2024 12:35:59	RENATA ELISA RAMOS	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

BELO HORIZONTE, 31 de Março de 2025

Assinado por:
CARLA BARBOSA MOREIRA
(Coordenador(a))